



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

74

ATA N.º 26/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, nas instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sitas na rua Dr. Pires de Castro, nº 12, em Almada, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

3 - Período da Ordem do Dia.

...

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifas e dos Preços a cobrar pelos SMAS em 2023”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2023”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2023”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 da WEMOB”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2023”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lançamento de Derrama para o ano de 2023”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2023”;

3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2023”;

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada”;

3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano anual de atividades para 2023 – Provedor dos Animais do Município de Almada”;

3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nova Estrutura Orgânica Nuclear e Flexível dos SMAS de Almada”;

3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de Parque de Estacionamento, em Cacilhas”;

3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão do uso privativo do Domínio Público Municipal para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano – Proposta de decisão de contratar de Concurso com publicidade internacional”;

3.2 – Eleição de Comissários para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;

3.19 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD), Inês Pizarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS); Filipe Alexandre das Neves Passos (PS) por impedimentos de Pedro Manuel Branca Lêdo, Luísa Maria Freire Galvão, Catarina Isabel Garcia Paulino, José António Lino Craveiro, Alexandra Cláudia Vasco Serra e Ana Cláudia Dias Ribeiro; António Paulo Júnior (CDU); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimentos de Andreia Sofia Egas, António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves, Eva Sofia Borges de Araújo Gomes e António Manuel Cardoso Pombeiro; Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimentos Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho, Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro e Beatriz Pé-Curto Mendes; Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD) e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas Pacheco; A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Inês de Medeiros substituída pela Senhora Vereadora Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; do Senhor Vereador Jefferson Oliveira em substituição da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Ricardo Alexandre Silva Dias, Jaqueline Silva, João Costa Silva e Jorge Manuel Fialho Vieira.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Ricardo Alexandre Dias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



O que me traz aqui é exatamente o que me trouxe aqui na quarta-feira passada, a Arriba da Banática. Desse dia até hoje, aquilo que foi feito, foi a tentativa de alojar aquelas pessoas.

Na terça-feira do ocorrido, foi transmitido à população que três dias depois, ia ser feita uma nova avaliação da situação por parte da Câmara Municipal e da Proteção Civil, esses três dias passaram, faz hoje uma semana e avaliações não há nenhuma.

Venho falar também sobre a situação dos moradores dos primeiros dois prédios, em que os moradores não sabem de nada, a única coisa que foi feita foi na terça-feira uma visita por parte da Proteção Civil, e até hoje, respostas aqueles moradores, não houveram. Os moradores também estão ali preocupados com as suas habitações e esperemos que a Câmara Municipal consiga chegar a eles.

Venho falar também sobre a visita da Câmara Municipal por parte da Proteção Civil, neste sábado, em que foi um trabalhador da Proteção Civil visitar a Banática, a informar as pessoas que lá estão, naquelas casas junto à rocha, que teriam que sair, em que a opção que teriam seria o Sun Centre da Costa da Caparica. Foi perguntado várias coisas ao trabalhador e ele não conseguiu responder. Eu acho que deveria de haver um bocadinho de respeito também por aquela pessoa que veio fazer este trabalho. Foi sozinho a um local, para dar informações a pessoas que têm de sair das suas habitações. Não foi ali dar informações nem coisas que as pessoas aceitem de animo leve e acho que devia de haver este cuidado também por aquele trabalhador.

Eu não vou me alongar muito mais, tenho aqui estes documentos, espero que os leiam também e se houver alguma dúvida têm o nosso contacto, o nosso email, podem-nos contactar para algum esclarecimento.”

5.1.2 – A Senhora Múncipe Jaqueline Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu chamo-me Jaqueline, apresento-me aqui hoje como uma das famílias afetadas pela derrocada do dia 13 de dezembro na Banática. O meu agregado familiar é composto por mim, pelo meu marido e três filhos. Dois deles sendo menores, e um já é maior de idade, mas é doente oncológico, tem cancro.

Na sequência desta derrocada, a Câmara Municipal de Almada juntamente com a Proteção Civil, decidiram retirar todas as pessoas que habitam as casas junto à rocha. Eu fui um agregado que tem de sair de lá. No entanto, arranjam-nos duas soluções temporárias das quais nenhuma delas é viável. Sendo que, uma era aproximadamente a 30 Km fora da minha zona de residência, outra foi-nos comunicado por um funcionário da Proteção Civil verbalmente, que seria no Sun Centre da Costa da Caparica. Como já foi mencionado e relembro, nós não queremos casa, nós queremos é a solução para a nossa proteção lá, que é a rocha. Que não é só de agora, já vem de algum tempo, só que até agora nada foi feito a respeito da rocha.

No dia 19 de dezembro 2022, fomos convocados para uma reunião no Sun Centre com técnicos da Câmara Municipal e da Segurança Social a fim de se encontrar uma solução viável para a minha família. No fim da reunião a solução que havia era o Sun Centre e não aceitamos porque não reúne condições para acolher o meu filho com cancro, onde não pode partilhar nada e a estabilidade dos meus filhos, mas principalmente do mais velho com cancro, ele tem muitas restrições.

E ainda me sugeriram que eu me separasse do meu filho. O meu filho com cancro ir para uma casa de familiar os restantes ficavam no Sun Centre. Não havendo outra solução viável, foi-nos dito para regressar à nossa habitação, volto a lembrar, nós não queremos casa, arranjam uma solução para a rocha.”

5.1.3 – O Senhor Múncipe João Costa Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui agradecer a Câmara Municipal o que fez em Vale Flores, na Quinta do Desembargador, depois daquele meu apelo no verão, para limpeza dos passeios, foi limpo. Eu nessa altura fiz uma afirmação que podia dar a entender que tinha a ver com os funcionários da Câmara Municipal. Que era a história do envelope branco. Não, é uma empresa contratada pela Câmara Municipal, uma empresa que presta serviço à Câmara Municipal. São ali da zona de Vila Nova de Ourém, agora já lá andaram outra vez, fazem o que podem.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Gostaria de chamar a atenção da Câmara Municipal, para na realidade agradecer que anda já a tirar pontos para fazer alguma coisa naquela mata, mas há um problema que é o problema do trânsito, qualquer dia vai haver ali alguma coisa desagradável, porque há pessoas que não respeitam muito apesar de serem bastantes os sinais de proibição, os sinais de proibição de virar à esquerda ou virar à direita, também acho que às vezes também são muitos no mesmo cruzamento. Esperamos que isso se resolva porque isso vai criar problemas a curto prazo para o estacionamento.

E para terminar, condenar veementemente a agressão e o genocídio que está a ser levado a cabo pela segunda vez em menos de cem anos, ao povo da Ucrânia, pela União Soviética agora Federação Russa. É execrável esta atitude. Matar crianças nos infantários, nos berços, nas escolas, velhos nas caves, destruir o aquecimento, espetar com o povo na rua, roubar aquilo que precisam de comer, meus caros concidadãos, isto está a ser levado a cabo por uma coisa ideologicamente chamado Marxismo/Leninismo. Foi levado a cabo, primeiro que tudo pelo Senhor Estaline, começou com o Senhor Lenine, e foi executado pelo Partido Comunista da Ucrânia e agora, lá estão de novo. Aquilo que se passa nos Donbass não são resofulos, são os senhores que foram mandados para lá que clonos para substituírem o povo da Ucrânia que foi morto em 1932, 1933, e fico por aqui.

Eu devo informar os presentes que eu sou estucador, sou o sócio 42822 do Sindicato Nacional do Distrito de Lisboa, destruído pela Intersindical e comecei a minha vida de estucador aqui na rua de São João no Mestre Torres, que tinha um filho chamado Carlos e este rapazinho ia a pé daqui para a Trafaria, para onde havia o trabalho porque eu morava aqui numa barraca o Feijó.”

5.1.4 – O Senhor Município Jorge Vieira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez venho aqui reclamar, expressar a minha indignação pelo tratamento diferenciado que esta Assembleia Municipal e os seus representantes, e também da Câmara Municipal, tratam os almadenses.

Isto porque Almada passou de uma cidade do futuro para ser uma cidade de uns, de alguns para uns poucos. Isto porque, pelos vistos quem trabalha por turnos, em Lisboa, e lembro os Senhores quem trabalha por turnos são as pessoas que têm os ordenados mais baixos, são as pessoas que têm de se sujeitar a locais longe de casa, e pelos vistos aqui os Senhores não ligam. Não há transportes para quem sai de Lisboa às 24H00, quem vai trabalhar aos fins de semana não tem transportes. Nós necessitamos de transportes reais.

Pelos vistos nós não merecemos a vossa aceitação nem a vossa crença, que nós existimos. Mas nós existimos, somos nós que trabalhamos por turnos que permitimos que alguns de vós sejam considerados heróis porque somos nós que mantemos a segurança, a limpeza, a manutenção nestes casos, para que outros possam ser considerados heróis. Porque não tenho ouvido ninguém e eu tenho assistido às reuniões de Câmara todas, estive a assistir à reunião da Câmara Municipal de Setúbal seis horas, às Assembleias Municipais, tenho vindo aqui, e tenho visto o que tenho visto, e é isso que faz, os Senhores deviam pensar porque razão em Almada 53% das pessoas não votaram porque se afastaram da política, porque as pessoas não se reveem em vós, em nenhum de vós, e pelo que vejo, pelo menos há seis meses que ando a falar disto, foram as Câmaras Municipais do PS, porque foi o PS que permitiu com a desculpa do passe social toda a gente sabe isto tudo. Parece que os utentes, as pessoas são uma cambada de estúpidos, não percebem nada do que andamos aqui a fazer.

Estou indignado porque não vejo a representação, não há transportes. Por exemplo, aqui do Laranjeiro entre as 21H00 e as 23H00 não há autocarros para Lisboa, obrigam-nos a ir para o metro, a Fertagus, o metro anda cheio, a Fertagus anda cheia, o problema é transversal, continua a existir. As pessoas trabalham por turnos não têm transportes. E não vi ninguém, nenhum representante, nenhuma força política aqui em Almada a falar disto, falam de outras coisas, mas disto ninguém fala. Já apresentei propostas, falei com Rui Lobo, já fiz reclamações, continuamos com tudo na mesma. Nós existimos, os trabalhadores que trabalham por turnos existem.

Queria deixar a minha parca sugestão, não é cara, não é complexa, é só adaptarem algumas carreiras para as pessoas que vêm de Lisboa, porque há carreiras que não têm necessidade de existir. Nós necessitamos de uma carreira do Barreiro para Almada para quê? Para irem para a Faculdade? E então as pessoas que saem de Lisboa à meia noite, vêm como? Não precisam? Eu não percebo isto.



7/1

Portanto, é um tratamento diferenciado porque as pessoas que trabalham por turnos não existem para estes representantes políticos. Ninguém quer saber, ninguém se preocupou. Por exemplo, eu para estar aqui não jantei, tenho de abdicar da minha folga para os senhores terem a vossa folga, para os senhores podem jantar. Eu o mero trabalhador pago tudo. Há quarenta anos que ando a trabalhar para andar a sacrificar-me, porque ninguém quer saber, esta é que é verdade, independentemente da ideologia política. É verdade, ninguém quer saber dos trabalhadores. E dizem que defendem os trabalhadores, mas continua tudo na mesma.

Ficam aqui as minhas sugestões.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, a Senhora Vereadora Francisca Parreira e os Senhores Deputados Municipais João Geraldês (CDU), Nuno Mendes (CHEGA) e António Pedro Maco (CDS-PP).

5.2.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se o Senhor Presidente da Mesa me permitir, depois passarei a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira, para responder às questões mais concretas relativamente à Banática, mas queria antes de o fazer, agradecer ao Senhor Múncipe João Silva as palavras que aqui trouxe e principalmente saúda-lo pelo facto, de ter reconhecido que cometeu um erro imputando a alguém um ato que não praticou e que isso o podia lesar, e, portanto, reconhecer o erro é sempre um bom ato de cidadania, portanto acho que isso só lhe fica muito bem.”

5.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota ao Senhor Múncipe Ricardo Dias e à Senhora Múncipe Jaqueline que, após as intempéries, o Serviço Municipal de Proteção Civil, tem monitorizado e tem passado ciclicamente na área diariamente, todos os dias o serviço e os operacionais passam naquele terreno. Ao contrário daquilo que é a referência, eles podem não estar visíveis ou podem aparecer de forma discreta, e não aparecem sempre à mesma hora durante o dia, mas efetivamente, temos mantido a monitorização daquele território.

Dar nota também, que, na situação e no próprio ia em que estivemos no terreno, as pessoas todas elas, foram notificadas da situação de risco, da situação em que se encontravam e foram aconselhadas a sair das suas habitações. Não esquecer em todo este contexto, que compete naturalmente ao Serviço Municipal de Proteção Civil em situação de risco, zelar pela segurança das pessoas, mas que as habitações onde os senhores residem legais ou ilegais, são habitações privadas. E, portanto, em primeira linha, compete o privado naturalmente, assegurar que as pessoas que ali estão devem ser retiradas. Os senhores estão seguramente a habitar ou em situação de arrendamento, locais e casas que são do forro privado, cujo o proprietário tem naturalmente também, obrigações legais relativamente aos residentes. Mas dizendo isto, quero dizer também, que ainda assim a Câmara Municipal de vosso Município está a acompanhar cada caso concreto e por isso promoveu logo no dia através dos serviços de intervenções social e da Segurança Social, o acompanhamento e o encaminhamento das famílias.

Percebemos à posteriori e bem, aquilo que a Senhora Dona Jaqueline aqui diz é correto, corresponde à verdade, percebemos, que a Segurança Social estaria a encaminhar as pessoas para fora da área do território. E por isso, decidimos, porque o Plano de Emergência Municipal, se mantém ativo até a final deste mês, decidimos acionar uma SCAP, que é aquilo que está contemplado no próprio Plano, que é uma alternativa de realojamento para estas famílias. E é assim que surge o Sun Centre da Costa da Caparica como possibilidade de realojamento provisório ou temporário para estas famílias. O caso concreto da Senhora Dona Jaqueline, aliás, eu não me irei pronunciar aqui relativamente a casos concretos, ainda há pouco falava com a Senhora Dona Jaqueline Silva e lhe dava nota que não conhecia o tipo de encaminhamento em concreto que foi feito para a sua família, para o seu agregado familiar, parece-me estranho e inusitado, que tenha sido aconselhada a separar-se do seu filho, não considero correto, e, portanto, irei junto dos serviços também na área da minha tutela e com as responsabilidades que tenho, irei averiguar o que está a acontecer em concreto, o que é um facto é que os



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

senhores têm que ter consciência que estarem na habitação e permanecerem na habitação, depois de terem sido notificados e já foram notificados pela fiscalização, pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, hoje mesmo procedeu-se à notificação do privado, os senhores estão em situação de risco e não podem ali permanecer.

É quanto me compete esclarecer neste momento, estando naturalmente disponível para falar de cada caso concreto com cada um dos munícipes.”

5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós ouvimos com muita atenção e também com muita preocupação, as duas intervenções que aqui vieram do Senhor Município Ricardo Dias e da Senhora Município Jaqueline, sendo que o Senhor Município Ricardo Dias é reincidente porque esteve aqui na semana passada nesta Assembleia Municipal, sobre a situação vivida por um conjunto de famílias na sequência de uma derrocada que aconteceu na Banática e que está a pôr em causa a segurança das famílias que residem na zona. Quero aqui sublinhar, que esta situação de derrocada em falésias no Concelho de Almada está-se a tornar um aspeto preocupante, hoje mesmo aconteceu uma outra derrocada no Porto Brandão e o que nós entendemos é que é obviamente necessário que a Câmara Municipal dê uma resposta cabal a estas situações. Julgamos que é muito curto que a Câmara Municipal se fique por notificar os cidadãos que por razões de segurança, têm que sair das habitações, está claro pelas intervenções aqui havidas e está claro também por aquilo que nós conhecemos das pessoas que vivem nesta situação, que as pessoas não querem sair daquela área. Portanto, é preciso encontrar uma solução que permita consolidar a Arriba, nós sabemos, nós abemos quias são os custos da consolidação da Arriba, mas é preciso fazê-la, e é preciso assumir claramente que se tem que fazer uma intervenção de fundo para consolidar as Arribas, de maneira a poder garantir segurança às pessoas que residem há muito anos, há décadas, naquela zona e que legitimamente pretendem continuar a residir naquela zona.

Queria terminar dizendo que é lamentável ouvir aqui nesta Assembleia Municipal, um cidadão dizer que foi contactado por um funcionário da Câmara Municipal de Almada, numa situação destas. A Câmara Municipal de Almada não pode nem submeter os seus funcionários a este tipo de regime de trabalho, nem pode submeter os munícipes a um tratamento de desrespeito e de abandono, que esta referência que o município aqui nos deixou, indicia de forma muito clara e muito evidente.”

5.2.4 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu julgava ter esgotado o tempo de intervenção da Câmara Municipal, mas não posso depois daquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Geraldês, aqui nesta sala magna, de lhe deixar de responder.

Quero dar nota e aliás, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, há uma semana atrás já teria dado nota que efetivamente, o estudo de avaliação daquela falésia, está a ser feito. E disse também, e fica aqui registado, que esse estudo tem um tempo e um timing, e da mesma forma que sabe de forma capacitada e apropriada, que o estudo tem que ser feito, aliás, já devia ter sido feito há muitos anos, porque a situação de fragilidade daquela Arriba não existe nem há cinco anos, nem há seis, nem desde hoje, é claro que as alterações climáticas hoje vêm impor naturalmente, alterações ao próprio território e à própria morfologia do território que não existia no passado.

Agora, a questão da fragilidade de algumas zonas da Arriba, em que se inclui a Banática, e não é caso exclusivo, é algo que o Município conhece há muito tempo. Portanto, não é de hoje. Portanto, não se crie aqui um caso político como se isso fosse uma realidade de hoje apenas, porque não é uma realidade de hoje. E hoje o Município está a fazer aquilo que não foi feito antes relativamente às Arribas e está naturalmente, com o início de um procedimento. Portanto, a avaliação que estamos a fazer hoje é uma avaliação exigível já há muitos anos e ela será feita.

O Senhor Deputado Municipal também sabe pela experiência que tem e a capacitação que tem, que lhe reconheço, que um estudo desta natureza ou interno ou contratualizado, não ocorre em 48 horas. Nem em 48



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/1

dias. Portanto, é preciso o tempo necessário para o efeito. E até lá, têm que ser promovidas todas as medidas que mitiguem o risco e que acautelem os bens e as pessoas e os animais. E é isso que o Serviço Municipal de Proteção Civil está a fazer.

Depois, não lhe reconheço, peço desculpa, Senhor Deputado Municipal, não lhe reconheço em boa verdade. Não reconheço a verdade nem a veracidade daquilo que deixa dito aqui relativamente ao tratamento da Câmara Municipal e do Município relativamente aos trabalhadores. É perfeitamente normal, que um operacional do Serviço Municipal de Proteção Civil, que anda na rua e que vai monitorizar e avaliar um terreno, que aconselhe e acautele as pessoas. Aliás, ele cumpriu o seu dever, e o Município cumpre o seu dever quando tem operacionais dotados desta capacidade, com esta natureza e cumprem todos os dias no terreno o seu dever. E, portanto, elogie esse operacional, em vez de achar que ele teve uma atitude disruptiva ou incorreta. Aquilo que devia fazer é elogiar a sensatez, a capacidade e o cuidado que cada operacional do Serviço Municipal de Proteção Civil faz quando está no terreno.

5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É grave ainda percebermos que passado este tempo todo da implementação da TML, que as queixas se mantêm, que os funcionários, os trabalhadores, quem suporta o funcionamento do nosso Concelho e a classe trabalhadora continua a ser penalizada não tendo transportes que cheguem e para quem esta na situação as nossas palavras e sobretudo o nosso pedido à Câmara Municipal para tomar as medidas necessárias para resolver a situação.

O que mais estranhámos neste discurso que já ouvimos hoje aqui, é que falamos agora da Banática, falamos dos problemas da Banática e eu percebo este problema deve ter dois dias, ou então tem uma semana, porque começou a ser falado há uma semana. Porque temos 42 anos de PCP em que nada foi feito na Banática, e temos mais de 5 anos do PS e nada foi feito na Banática e assim passam quase 50 anos e afinal o problema surgiu há uma semana com chuvas. Ou afinal este problema já surgiu e já existe há muitos anos? As imagens que existem da Banática, as imagens que existem do risco, o risco existe e existe não só na Banática, mas em vários sítios. Tivemos quedas de terra na Charneca de Caparica, tivemos no Porto Brandão, tivemos em imensos sítios, Arribas a cair, mas o problema mantém-se. Passaram quase 50 anos e não houve consolidação, não houve projeto, não houve programa, não houve nada. Continuamos na mesma, parece que o problema surgiu apenas ontem.”

5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria aqui mais uma vez agradecer a vinda dos cidadãos a este plenário autárquico e dirigir-me ao Senhor Município que este aqui a falar relativamente à questão dos transportes. Eu quero sossegar o Senhor Município que esta Assembleia Municipal, nomeadamente através da 6ª Comissão Permanente, tem acompanhado minuciosamente os problemas causados pela implementação da Carris Metropolitana no Concelho de Almada. É certo que foi detetado ainda apesar de algumas melhorias e temos também de o reconhecer, mas ainda há muito por fazer e essa questão de as carreiras a altas horas, ainda tem que ser resolvido e portanto, de certeza que no início do ano quer a 6ª Comissão, quer a própria Assembleia Municipal e os partidos políticos, pelo menos aqueles que estão em concordância com este problema, com certeza terão novidades e quero descansar os Municípios que não estão abandonados, que a 6ª Comissão e da parte do CDS, posso garantir e prometer que tudo fará para que as coisas melhorem. Mas, está aqui o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro que tem esta pasta, não sei se tem alguma coisa a dizer, se tem alguma novidade.”

5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para quatro notas muito rápidas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A primeira, é a de que, “disruptivo” Senhora Vereadora Francisca Parreira, não é o trabalhador do Serviço Municipal da Proteção Civil, é a atitude da Câmara Municipal. Essa é que é disruptiva.

Relativamente ao discurso do “não é de agora”, nós já estamos habituados a ele, há 6 anos ou 5 anos, e serve apenas para desculpar aquilo que não é feito agora. O problema coloca-se hoje, é hoje que têm de ser encontradas respostas e, portanto, quando se diz que não é de agora, é só para desculpar o facto de não se fazer agora.

Senhora Vereadora, se há estudo e que se está a desenvolver um estudo para a consolidação das falésias, a Senhora Vereadora na resposta ao Município não o disse. Disse-me depois a mim. Portanto, o Senhor Município não foi informado pela Senhora Vereadora que está um estudo a decorrer. Mas também não adiantou se no quadro desse estudo a preocupação da Câmara Municipal é garantir que os cidadãos que ali residem lá continuem a residir.

Quarta e última nota. Na reunião passada a Senhora Presidente da Câmara Municipal, falou em 11.000.000.00€ (onze milhões de euros) de prejuízos relativamente às intempéries que se registaram nos últimos dias. 11.000.000.00€ (onze milhões de euros) de prejuízos no Concelho de Almada. A pergunta que nós fazemos é: onde é que esses prejuízos ocorreram e qual é a sua verdadeira dimensão.”

5.2.8 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para responder de forma sumária ao Senhor Deputado Municipal e às questões que ele coloca.

Efetivamente não foi dito ao Senhor Município numa fase inicial, mas eu revelei disponibilidade ao Senhor Município para falar com ele em particular. Isso ficou aqui também gravado Senhor Deputado Municipal. Sendo certo que, depois prestei esclarecimentos devidos na sequência da sua intervenção. Da mesma forma que agora lhe vou dar algumas respostas na sequência da sua intervenção.

E a vida tem estas dinâmicas, é evolutiva, é criativa, e vamos falando uns com os outros, que é para isso que estamos aqui.

Dar-lhe nota que efetivamente o estudo está a ser feito e como sabe, um estudo desta natureza não se faz em 48 horas, volto a referir. E, portanto, ele está neste momento a ser feito por quem tecnicamente tem preparação para o efeito. Não sou eu Vereadora, que neste momento lhe vou dizer o que é que está previsto ou não está previsto, sendo certo que aquilo que se definiu, em termos daquilo que é a génese deste processo, é que, a primeira coisa a considerar, é a salvaguarda das pessoas. E se está a falar da salvaguarda das pessoas, pressupõem-se que efetivamente, se pretende consolidar um território para que as pessoas possam permanecer nele. Mas pode vir o estudo a dizer outra coisa. E, portanto, é como lhe digo, a vida é dinâmica.

Relativamente à questão da avaliação dos prejuízos, esse levantamento está a ser feito neste momento. Portanto, ele não está concluído e não estando concluído, a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse que ele efetivamente ascenderia esse valor, o estudo não está concluído e quando estiver concluído seguramente será objeto de abordagem e de avaliação por aqueles que devem e podem em termos do dever de informação deste Município, ter acesso a essa mesma informação.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se nos pontos 3.5, 3.6 e 3.7 da agenda (continuação), relativos à apreciação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Tarifas e dos Preços a cobrar pelos SMAS em 2023”; “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2023” e “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2023”, respetivamente.

6.1.1 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Pedro Amorim Matias (PS), António Pedro Maco (CDS-PP) e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.



6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a estes três pontos que estamos aqui a discutir, começamos por saudar que tenha sido finalmente implementada a Tarifa Social Automática, seria estranho se não o fizéssemos. Esta foi uma recomendação feita pelo Bloco de Esquerda aprovada em Assembleia Municipal no dia 25 de junho de 2020, e durante mais de dois anos, o Bloco de Esquerda quer em Reuniões de Câmara Municipal, quer em Sessões da Assembleia Municipal, insistiu de forma retirada para a sua concretização.

Se por um lado, hoje saudamos finalmente que tenha sido implementada a Tarifa Social Automática, lamentamos por outro lado, que estejamos a discutir e a votar uma proposta que penaliza os munícipes do nosso Concelho com um aumento brutal nos tarifários da água e nos resíduos urbanos.

Importa lembrar, que ao pedido de explicações da nossa Vereadora Joana Mortágua, em reunião de Câmara Municipal, a resposta foi que os aumentos não seriam significativos para os consumidores. O que contrasta desde logo com o que verificamos dos documentos que nos são apresentados, que confirmam aumentos muito significativos e muito penalizadores para os almadenses.

Mas debrucemo-nos sobre as opções do Plano e Orçamento que aqui nos é hoje apresentado.

Quando olhamos para estes documentos, não conseguimos chegar a outra conclusão senão a de que, este é um orçamento de ilusões e rutura face a todas as projeções financeiras apresentadas a esta Assembleia Municipal, ao longo dos últimos anos. Pelo que, é importante que nos esclareçam o motivo pelo qual mesmo num contexto em que a base de clientes será contraída em cerca de 14% fruto das isenções que passarão a ser atribuídas de forma automática, constatamos neste Orçamento submetido para aprovação por esta Assembleia Municipal, o agravamento em mais de 10.314.000.00€ (dez milhões trezentos e catorze mil euros) o valor agora orçamentado para receitas correntes em 2023, face ao que se encontrava previsto nos orçamentos aprovados até ao ano passado para o ano de 2023. E mais 16.183.000.00€ (dezasseis milhões cento e oitenta e três mil euros) o valor agora orçamentado para receitas correntes em 2023, face ao valor já executado em 2022 até 31 de outubro.

É de fundamental importância reforçar, que este agravamento é tanto mais penalizador para os almadenses, sendo ele suportado por menos 14% dos consumidores que passam a usufruir e bem, da maioria dos casos da Tarifa Social Automática, o que substantiva de facto, um aumento muito significativo face a todo o histórico orçamental dos SMAS, uma vez que, se atentarmos apenas às quatro principais rubricas, de receitas suportadas pelos consumidores, taxa fixa e variável bem com a taxa de saneamento fixa e variável, o que verificamos é que representa um aumento de cerca de 7.300.000.00€ (sete milhões e trezentos mil euros) face ao que havia sido orçamentado para 2023 até agora, o aumento de cerca 11.200.000.00€ (onze milhões e duzentos mil euros) face ao que previsivelmente que será executada em 2022, isto com base nos dados constantes no Plano de Atividades dos SMAS.

Ora, o agravamento agora previsto para 2023, significa que em termos médios, cada munícipe irá pagar mais 120.00€ (cento e vinte euros) em 2023, cerca de 10.00€ (dez euros) por mês do que pagou em 2022.

Senhores/as Vereadores/as eleitos/as para governar esta Autarquia, conseguem sentir-se confortáveis com mais esta esforço verdadeiramente incompreensível e inaceitável para os munícipes, num contexto macroeconómico de elevada taxa de inflação aliada a taxa de juros historicamente elevadas para o próximo ano, da parte do Bloco de Esquerda não encontramos justificação possível para o que consideramos ser um verdadeiro assalto. Isto é claramente revelador de uma insensibilidade tremenda, por parte de quem tem a responsabilidade de proteger os seus munícipes e esta crítica tem que ser feita.

Para que não restem dúvidas, face aos valores previstos no Orçamento aprovado por esta Assembleia Municipal em 2021, e com menos 15.200 consumidores agora isentos ao abrigo da Tarifa Social Automática, registam-se os seguintes aumentos totalmente inaceitáveis. Venda de bens, tarifa fixa um aumento de 45,7%, ou seja, passamos de 3.500.000.00€ (três milhões e quinhentos mil euros) para 5.100.000.00€ (cinco milhões e cem mil euros). Venda de bens, tarifa variável, crescimento de 22% traduzido em euros, passamos de 10.000.000.00€



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

(dez milhões de euros) para 12.200.000.00€ (doze milhões e duzentos mil euros). Serviços de saneamento tarifa fixa cresce 178,3% de 2.300.000.00€ (dois milhões e trezentos mil euros) para 6.400.000.00€ (seis milhões e quatrocentos mil euros). Serviços de saneamento utilização, tratamento, verificamos um aumento 91,1% ou seja, passamos de 425.000.00€ (quatrocentos e vinte e cinco mil euros) para 812.000.00€ (oitocentos e doze mil euros). Serviços de trabalhos para conta de particulares, verifica-se um aumento de 451,4% significa que passamos de 145.000.00€ (cento e quarenta e cinco mil euros) para 772.000.00€ (setecentos e setenta e dois mil euros).

Um Orçamento que exige aos almadenses maiores sacrifícios e não tem paralelo na historia recente do Município, no Orçamento em que algumas rúbricas orçamentais correntes são insufladas sem qualquer tipo de legitimação, num Orçamento que cresce em termos globais 20,5% face ao previsto para 2023, há apenas um ano atrás, o investimento de capital, o investimento estruturante na capacitação de sustentabilidade na rede de água e saneamento do Município de Almada, deixe, cai, desacelera, diminui, e contrai, retrai, 9,9%. O previsto era um investimento de 10.106.200.00€ (dez milhões cento e seis mil e duzentos euros) e agora o definido é de 9.161.300.00€ (nove milhões cento e sessenta e um mil e trezentos euros).

Portanto, é o que estes documentos nos dizem, não estamos a inventar nada, é importante que nos expliquem esta nova realidade, estaremos aqui para ouvir.”

6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

O que nos é trazido aqui hoje, é fruto de uma má gestão de anos que é suportada pelos almadenses. Todos sabemos que o custo da água é determinado na saída da água para rede. É sabido que muita dessa água se perde por deficiência do sistema por fugas avultadas que aumenta substancialmente as contas da água. Todas estas fugas são causadas por anos e anos de desinvestimento da rede existente.

É desejável que neste momento de maior crise social, nacional e europeia, não seja o contribuinte a suportar todos estes encargos e toda a degradação do sistema, uma vez que nunca foram feitas as manutenções e conservações de rede e saneamentos de águas residuais pelos vários executivos camarários.

Da mesma forma, ao abrigo da defesa do ambiente e da preservação da poluição, o tratamento de lamas e outros resíduos, que não se pode imputar tudo ao consumidor que não teve a culpa de os anteriores e atual executivo terem negligenciado as realidades de manutenção e conservação.

Chegamos a esta situação motivada por um desinvestimento e abandono da responsabilidade por parte dos executivos PS, PSD e da CDU. É mais um caso para dizer: “estavam lá todos, mas ninguém viu”. Mas quem paga é sempre o mesmo e esse custo é sempre imputado à classe média que não tem tarifas reduzidas. Por outro lado, a forma como é aplicada a taxa de gestão de resíduos, é absurda. A maioria dos resíduos da TRG são urbanos e a TGR sobre estes resíduos é assumida pelo cidadão, que detém uma intervenção limitada na sua gestão e no cumprimento dos objetivos nacionais. Quer isto dizer que a repercussão da TGR dos resíduos urbanos nos Municípios, que por sua vez repercutem no Município, através da tarifa aliada à ausência de mecanismos pay as you throw não é suficientemente eficaz enquanto alteração do comportamento dos cidadãos. Estes não sentem diretamente qualquer compensação pelos seus esforços na redução de produção e deposição seletiva de recicláveis. Paga-se mesmo que se proteja o ambiente ou não.”

6.1.1.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu gostaria de trazer para este debate uma questão que me parece importante que é, focar-me aqui nalguns pontos que me parecem verdadeiramente importantes, em particular e gostaria de começar pela importância dos SMAS do Concelho de Almada e a importância que ele teve, que el tem e que vai ter no futuro.

O que me parece é que os SMAS são uma infraestrutura muito importante daquilo que é o abastecimento de água pública e o saneamento básico e nós hoje até nem damos assim grande importância relativamente as estas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

JK

infraestruturas porque estamos já habituados nos últimos anos, chegamos a casa com um clique acendemos a luz, com um clique ligamos a água, e isso hoje já é uma coisa natural. Mas ainda há pouco veio aqui um município falar relativamente à Ucrânia e nós todos os dias que olhamos para a Ucrânia percebemos da importância que têm essas infraestruturas. Hoje percebemos que, a Rússia ataca infraestruturas básicas de abastecimento de água, de energia e percebemos o sofrimento daquele povo por não ter acesso a este tipo de serviços que são verdadeiramente importantes na vida quotidiana das pessoas. Gostava de dizer isto aqui, a importância que tem esta empresa e parece-me que em Almada às vezes tudo serve para combate político. Eu acho que os SMAS não deviam ser uma empresa que servisse para combate político, devíamos perceber a sua importância e devíamos de estar em grandes áreas, em grandes momentos de acordo sobre o futuro desta empresa.

Depois gostaria de explicar como é que os SMAS tiveram de chegar aqui e o Senhor Vereador já explicou quando apresentou a nova tarifa, mas eu gostaria de dar aqui alguns elementos que parecem importantes.

Os investimentos nas infraestruturas em Almada, como sabem, foram iniciados a seguir ao 25 de Abril, nós eramos um Concelho, nós e a maior parte dos 308 Concelhos em Portugal, não havia infraestruturas básicas, nem saneamento, nem água pública. Então nós hoje ainda, portanto 48 anos depois do 25 de Abril foi feito algum saneamento básico, grandes áreas do nosso território ainda hoje têm fossas, não têm saneamento, há grandes áreas, as AUGI por exemplo e outras. Mas grande parte do território até tem saneamento básico e tem abastecimento da água pública. Mas os investimentos que foram feitos, são investimentos de primeira geração. Até meados dos anos 80 foi quando se fez investimentos no saneamento básico e no abastecimento de água pública. A partir daí deixou de haver investimento. A questão dos investimentos nas infraestruturas a partir de meados dos anos 80, não foi feita. E o que é que aconteceu nos outros anos a partir daí? Diziam alguns: “isso é um investimento que não vale a pena porque não se vê, não dá votos”. Portanto, isto foi andando, foi andando, até ao estado em que nós chegamos para a população ter uma perceção disto. 65% da água produzida, a que é faturada e cerca de 30% da água é perdida. As infraestruturas do Concelho de Almada, estão à beira do colapso. Isto foi a herança do Partido Comunista que nos foi deixada durante estes anos todos. Nós temos as infraestruturas do abastecimento de água e eu há pouco frisei que era importante percebermos que esta empresa é estruturante e muito importante. Esta tarifa que tem incluído algum aumento como não poderia deixar de ser, como tinha que ser, vai permitir aos SMAS nos próximos cinco anos investir 40.000.000.00€ (quarenta milhões de euros) em infraestruturas debaixo de terra. E eu dou o caso de uma obra emblemática que está já em obra que é a Avenida do Cristo Rei, temos a rua da Olivença à beira do colapso, muitas zonas da Charneca de Caparica, por exemplo, a Estrada Nacional 10/1 que vai ser iniciado nos próximos dias, uma obra que tem quase vinte anos e que as perdas de água são diárias, todo o investimento que o SMAS fez só reparar ruturas nos últimos vinte anos na Estrada Nacional 10/1, provavelmente dava pagar duas ou três vezes aquela infraestrutura. Mas não fizeram. Pediram um empréstimo bancário em 2013, para investir em infraestruturas, sabem quanto é que os SMAS investiram até 2017? Zero. Está lá o empréstimo. Zero.

Este aumento de tarifa também depende dos custos de produção e a ERSAR foi clara sobre isto. Não é possível vender água abaixo do preço que ela é captada e distribuída. Não é possível. Isto não é possível, nem nenhum serviço. Nenhum serviço que o Estado presta pode ser vendido abaixo do preço. E o Senhor Vereador disse aqui há uns dias que gastou em eletricidade em 2021, 2.400.000.00€ (dois milhões e quatrocentos mil euros) e vai gastar 8.000.000.00€ (oito milhões de euros) este ano.

O aumento dos salários para 2022 e bem, com os funcionários vai aumentar 600.000.00€ (seiscentos mil euros). Isto é importante dizer também.

Depois o que vai acontecer é que este show-off que é feito à volta deste tipo de questões, a fatura vai ser como o algodão. Quando as pessoas em fevereiro receberem a fatura vão perceber o que é que vão pagar a mais. E não vai haver um aumento brutal e nós estamos cá para ver.

Para terminar. O que vai aumentar muito é os resíduos urbanos. Isso vai. Mas como sabem isso não há volta a dar, é a AMARSUL que define e nós não podemos fazer nada.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.1.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

O aumento brutal da fatura da água e estamos a falar só do bem mais essencial à vida humana, decretado pela maioria PS e PSD, em Almada, é a prenda no sapatinho dos almadenses que a Câmara Municipal tem para oferecer. Esta é a triste realidade.

Pode vir a maioria PS/PSD desculpar-se e justificar-se com pareceres, estudos ou que é de desconhecimento, má fé, demagogia ou populismo, por parte das forças políticas que em Almada, praticamente todas, com a exceção destes dois partidos, de que nada serve a mancha que deixa os almadenses num verdadeiro atentado ao esforço financeiro que as famílias e as empresas fazem no final do mês.

O CDS compreende bem o embaraço da ousadia desta maioria em aumentar a fatura da água numa altura de crise, tal como a vergonha ou a falta dela, de encarar ou de assumir frontalmente o peso financeiro a que está a condenar os municípios em Almada. Vir aqui dizer sem pudor que quem está conta esta medida lamentável imposta pelo PS/PSD é nada entender de números, é não só tentar esconder a verdade, mas também além de revelar uma tremenda falta de coragem para assumir as suas responsabilidades, é sem dúvida sim, o exercício de demagogia e de hipocrisia política.

Para esse número não contem com o CDS. O CDS em Almada jamais contribuirá para agudizar o asfiziamento financeiro das famílias ou das empresas, nomeadamente colocar a classe média a financiar a tarifa social da água que foi bem plicada e que só peca por ser tardia.

Esteve mal a Câmara Municipal de Almada na figura máxima da responsável Senhora Presidente Inês de Medeiros e esteve mal Senhor Presidente dos SMAS José Pedro Ribeiro, como esteve mal a maioria PS/PSD, que ficarão para a história do Concelho, como responsáveis pela falta de sensibilidade e de humanismo, uma vez que não se coíbem de aumentar o custo de vida dos almadenses numa altura que mais precisam de ser ajudados.

Eu gostaria apenas de deixar aqui umas questões:

Senhor Presidente do SMAS José Pedro Ribeiro, o CDS teve a informação e gostaria que dissesse aqui se confirma ou não, que a empresa AQUAPOR esteve ou está a fazer estudos nos SMAS, o Senhor Vereador confirma esta informação? E confirmando qual a finalidade destes mesmos estudos?

E deixo uma última pergunta: está ou não nos planos dos SMAS de Almada e da Câmara Municipal de Almada, a curto ou médio prazo, a privatização de algum destes serviços? E quero aqui clarificar que o CDS de Almada é totalmente contra a privatização da água.”

6.1.1.5 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Provavelmente dado ao adiantado da hora em que foi feita a apresentação da proposta, se calhar não ouviram os diversos exemplos que foram dados relativamente aos aumentos, mas naturalmente estarei disponível para o fornecer às forças políticas que assim o entenderem.

Queria dizer que aquilo que é a nossa missão, é tomar medidas, e as medidas às vezes podem ser mais fáceis, mais difíceis, mas aquilo que é importante e aquilo que é a nossa marca não é de certeza a falta de sensibilidade social, pelo contrário, e a prova disso é que esta aplicação desta taxa social automática, implica um esforço financeiro superior a 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) praticamente, e representa um apoio a quinze mil famílias. Passamos de apoio de mil a quinze mil famílias. Penso que este facto só por si é esclarecedor quanto à questão da falta de sensibilidade ou da insensibilidade e penso que também acho que é esclarecedor quanto a alguma dificuldade de ouvir aquilo que é as apresentações feitas pelo executivo.

Relativamente à questão daquilo que é o tarifário da água, toda a gente aqui ou pelo menos algumas pessoas referiram aqui como brutal, vou dar aqui alguns exemplos relativamente aquilo que é a tarifa no 1º escalão que é proposto.



Estamos a falar comparando com outros serviços municipalizados, valores inferiores aos praticados em Loures e Odivelas. Praticado às águas do Sado, praticado a Oeiras/Amadora, e praticado a Vila Franca de Xira.

É um tarifário que entendemos equilibrado, as medidas têm que ser tomadas, aquilo que tem que ser cumprido é a aplicação do tarifário que é exigido pelo Regulador, até porque isso pode colocar e coloca já, poderia colocar a sua não correção dificuldades ao acesso a questões do financiamento comunitário.

Portanto, nesse aspeto, trata-se de um tarifário inovador, o Senhor Deputado Municipal João Galdes perguntou o que era “Inovador” inovador nesse sentido, no sentido que aplica aquilo que são as recomendações da ERSA. Pode ser entendido como o Senhor Deputado entender, aquilo que nós entendemos é que de facto, é inovador porque efetivamente tenta estar de acordo com aquilo que são as recomendações do Regulador.

Relativamente à questão do investimento que também foi referido pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes, neste ano nós contamos efetivamente fazer um investimento muito mais avultado do que aquilo que fizemos, não fizemos devido aos constrangimentos provocados pela subida completamente abrupta dos custos da energia nomeadamente, mas também dos produtos químicos que são utilizados na ETAR que nos penalizaram bastante a questão do investimento.

Portanto, acreditamos que sim, que os SMAS são neste momento uma entidade mobilizada em todos os seus trabalhadores no sentido de imprimirem um fluxo de investimento que nos vai permitir recuperar de facto, anos perdidos de falta de investimento naquilo que são as suas infraestruturas.

Relativamente à questão do aumento da receita. O aumento da receita nas contas, provem efetivamente por uma tentativa forte daquilo que é também a reorganização dos SMAS, no sentido de efetivamente, de faturar a água que é fornecida evitando aquilo que são as situações de falta de cobrança e de falta de faturação que penalizavam as contas e a receita dos SMAS, e por isso é que nós estamos a estudar e a analisar outros exemplos e portanto, podemos receber AQUAPOR como recebemos outras entidades para troca de experiências e é isso que estamos a fazer.

Não vamos privatizar os SMAS, fique descansado, pelos vistos está muito atento a algumas forças que vêm sempre com esse papão, gosto também desta visão do CDS que é contra as privatizações. Fico satisfeito, há uma guinada à esquerda bastante acentuada do CDS, o CDS de Almada se calhar, não sei se é o CDS nacional, mas de qualquer forma fique descansado. Fique descansado no dia que eventualmente que por qualquer razão pudesse pensar-se esta questão da privatização, primeiro o PS punha isso no seu programa eleitoral e é sufragado neste caso pelos almadenses. Mas não, não será privatizado, fique descansado.”

6.1.1.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhor Presidente dos SMAS, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Eu vou ler novamente. “A água é um bem público essencial à acessibilidade económica, à equidade, e a qualidade são determinantes para o acesso das populações a um direito humano reconhecido pelas Nações Unidas. Num momento difícil para as famílias, quando enfrentam a maior taxa de inflação, desde os anos 90 e a subida das taxas de juro do crédito da habitação, o que se espera do executivo municipal, é que pudesse adotar medidas para enfrentar esta crise económica ou invés de aumentar os preços da água, agravando ainda mais a situação financeira das famílias, fica assim mais uma vez demonstrado a insensibilidade social deste executivo.

Por certo, qualquer Conselho de Administração experiente, conseguiria gerir a empresa de forma diferente, mas igualmente eficiente, promovendo poupanças no funcionamento e fazendo outro tipo de opções para obter resultados positivos e não ir pelo caminho mais fácil do aumento das tarifas, transferindo para os seus utentes a responsabilidade pela sustentabilidade financeira e económica da empresa”.

Senhor Vereador, estas palavras podiam muito bem ter sido escritas por mim e pelo CDS, mas não Senhor Vereador, foram pelo PS de Coimbra. Se calhar, devia ouvir aqui os seus camaradas em Coimbra e eu estou totalmente à vontade para dizer e já aqui o afirmei que o CDS em Almada é contra a privatização da água, não contra as privatizações como generalizou. É contra a privatização da água.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas, pelos vistos, o PS onde é executivo tem uma posição, onde é oposição tem outra.”

6.1.1.7 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu estive a ouvir o Senhor Vereador cm muita atenção, tirei aqui algumas notas, queria apenas perguntar se os aumentos não são brutais, se ninguém vai ser alvo de aumentos significativos, como e que o aumento de receitas vai ser suportado? Quem vai pagar o aumento das receitas? Penso que são perguntas pertinentes perante as explicações que nos foram dadas. De facto, temos tanta sensibilidade e tanta demora, portanto, quem não conseguir pagar agora vai pagar ainda mais? São as perguntas que quero aqui deixar.”

6.1.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das Propostas:

6.1.2.1 – A Proposta “Tarifas e dos Preços a cobrar pelos SMAS em 2023”, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da eleita do PAN e dezassete votos contra sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova as Tarifas e preços a cobrar pelo SMAS em 2023, nos termos ao abrigo da alínea b), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 21º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no nº 4, do artigo 2º, nº 1, do artigo 3º, no nº 1 do artigo 6º, do Decreto-Lei nº 147/2017, de 5 de dezembro e na Recomendação nº 2/2018 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de dezembro que aprovou a proposta nº 2022-613-GP.

6.1.2.2 - A Proposta “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2023”, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da eleita do PAN e dezassete votos contra sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea b), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 47º do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana da Câmara Municipal de Almada, e do n.º 8, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, (este em virtude do parecer da ERSAR para o ano de 2023), aprova:

1. O seguinte Tarifário dos Serviços de Resíduos Urbanos, para vigorar em 2023, a partir do dia 1 de janeiro, condicionado à emissão de parecer da ERSAR,

| Estrutura Tarifária | 2023 | | | |
|---------------------------|---------------------|----------------------------|--|----|
| | Utilizadores Finais | | Tarifário Social | |
| Tarifa de disponibilidade | Domésticos | 1,9457€/mês 0,0649€/dia | Em situação de carência económica – isenção da tarifa de Disponibilidade | 0€ |



1/k

| | | | | |
|--|------------------------|------------------------|---|-------------------------|
| (a faturar por cada 30 dias) | <i>Não domésticos</i> | 3,0624€/mês | <i>Aplicação da Tarifa de Disponibilidade dos Utilizadores Domésticos</i> | 1,9457€/mês |
| | | 0,1021€/dia | | 0,0649€/dia |
| Tarifa variável (por cada m³ de água) | <i>Domésticos</i> | 0,4292€/m ³ | <i>Consumos de água até 5 m³</i> | 0 €/m ³ |
| | | | <i>Consumos de água > 5 m³</i> | 0,42921€/m ³ |
| | <i>Não domésticos</i> | 1,6235€/m ³ | <i>Aplicação da Tarifa Variável Utilizadores Domésticos</i> | 0,4292€/m ³ |
| Taxa de Gestão de Resíduos (por cada m³ de água) | 0,1731€/m ³ | | | |

2. O subsídio de 1.381.057€, correspondente ao impacto financeiro da aplicação dos tarifários sociais, nos termos do artigo 22.º do Regulamento nº 52/2018, que revê e república o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, e dos quais são beneficiários aqueles se enquadram no artigo 45.º do RMRUILHU.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de dezembro que aprovou a proposta nº 2022-636-DF.

6.1.2.3 – A Proposta “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2023”, foi votada em separado:

6.1.2.3.1 – Mapa de Pessoal dos SMAS, foi aprovado por maioria com 37 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 da eleita do PAN e 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.1.2.3.2 – Opções do Plano e Orçamento dos SMAS, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da eleita do PAN, 17 votos contra sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2023, ao abrigo das alíneas a) e o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 4, do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas constante do anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, e com o artigo 13º, alínea d) e artigo 16º nº 1, da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto;

Aprova ainda conceder autorização ao Conselho de Administração dos SMAS de Almada para assumir compromissos plurianuais para efeitos de execução das Opções do Plano para o ano de 2023, que não excedam os € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), ao abrigo do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º, do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho, nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de dezembro que aprovou a proposta nº 2022-614-GP.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2 – Entrou-se nos pontos 3.8 e 3.9 da agenda, relativos à apreciação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 da WEMOB” e “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2023”, respetivamente.

6.2.1 – Para apresentarem as Propostas usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

6.2.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentarei fazer uma apresentação sucinta daquilo que são as principais linhas do Plano de Atividades e Orçamento da WEMOB para 2023.

Há seis grandes vertentes deste Plano de Atividades.

A primeira vertente relacionada com aquilo que é um dos aspetos centrais de funcionamento desta empresa que diz respeito à mobilidade e ao estacionamento. O grande documento que marcará o ano de 2023, é a implementação do novo Regulamento de Estacionamento de Concelho de Almada, um instrumento para estabelecer uma verdadeira política de gestão de mobilidade e de estacionamento no Concelho; também a ampliação das equipas de fiscalização, contratação de mais agentes de estacionamento e credenciação de mais agentes de fiscalização; a criação também de maior oferta de estacionamento como por exemplo, uma das propostas que vai ser discutida também nesta Assembleia Municipal, que diz respeito à abertura do novo parque de estacionamento na rua Comandante António Feio, se tal poder vir a acontecer.

Depois uma segunda vertente muito importante que diz respeito à mobilidade inclusiva através do Flexibus, portanto, continuar e aprofundar aquilo que tem sido a existência desta rede; também a continuação daquilo que é a profunda retoma da atividade de serviço de remoção de veículos em fim de vida.

Depois uma quarta vertente que diz respeito à questão do litoral.

Uma quinta vertente que diz respeito à melhoria do atendimento público, eu pedia aqui também a vossa atenção neste aspeto, porque a melhoria do atendimento ao público, tem sido um dos aspetos centrais que a WEMOB tem dado atenção, um exemplo muito simples, que não diz respeito ao Plano de Atividades para 2023, mas que vocês podem constatar naquilo que é a atuação deste ano da WEMOB, são por exemplo, duas medidas que são apenas duas, mas que eu acho que são simbólicas daquilo que é a preocupação da empresa com o cidadão. Até aqui era preciso anualmente, e duas vezes por ano, ir presencialmente à WEMOB para ter a renovação do dístico de estacionamento, portanto, isso mudou, com uma alteração muito simples, isto também numa lógica de simplificação de procedimentos, de tentativa de transição digital nesta empresa, criaram-se duas medidas, uma delas é o dístico na hora, quem se deslocar presencialmente à WEMOB, pode ter o dístico de estacionamento na hora, quem não o fizer presencialmente, pode pedir o dístico online, e, portanto, em dez dias a empresa remete o dístico para casa de cada um dos moradores. Isto vai na ótica de simplificação dos procedimentos e de melhoria obviamente do atendimento.

Esta é uma vertente muito importante que estará naquilo que é o Plano de Atividades para 2023, também o continuar do processo de transição digital da empresa.

Por último, uma sexta e última vertente que diz respeito à melhoria das condições dos trabalhadores nesta empresa. Por um lado, prevê-se a implementação, finalmente, e após dezoito anos, de vida desta empresa, da criação de um sistema de carreiras e de avaliação de desempenho, portanto este tem sido um sistema diria iterativo que temos tido obviamente dialogando com todos os trabalhadores, com as organizações representativas dos trabalhadores por uma lado, por outro lado também fazendo algo que se tornou cíclico na empresa que é a realização de reuniões gerais de trabalhadores entre todos os trabalhadores e o próprio Conselho de Administração. Portanto, tem sido também uma forma da auscultação daquilo que são os problemas e obviamente as aspirações dos trabalhadores. Depois, por outro lado, também aquilo que está previsto no Orçamento que diz respeito a uma melhoria substancial das condições salariais por via de atualizações designadamente, um aumento geral de cerca de 9% para várias das categorias dos trabalhadores;



um aumento em específico de uma categoria que diz respeito aos agentes de estacionamento de 13%, portanto, estamos a falar de mais de 100.00€ (cem euros) de aumento e, portanto, estamos a falar aqui de um aumento muito substancial numa categoria de trabalhadores que nunca tinha visto a penosidade da sua atividade distinguida das restantes, e, portanto, há aqui um verdadeiro olhar para aquilo que é a tabela salarial existente na WEMOB e aqui uma profunda atualização salarial que nós vemos de forma muito positiva e no sentido de valorizar as condições dos trabalhadores.

Portanto, diria de forma inicial, que são as linhas gerais do Orçamento para 2023, acima de tudo concluir dizendo uma coisa que é: como todos os/as Senhores/as Deputados/as Municipais sabem, 2022 será o ano que marcará o regresso da empresa à positividade nas suas contas. Nós sabemos que os últimos anos foram particularmente penosos para a WEMOB, o período COVID teve um impacto muito significativo não só na atividade da empresa, mas sobretudo no equilíbrio orçamental da empresa, temos conseguido inverter essa lógica e portanto, esperamos que 2023 seja um ano por um lado, marcado por um novo impulso de investimento, por outro lado, também um novo impulso na gestão, na forma também de organização da empresa, na forma de simplificação dos seus procedimentos, na forma também acima de tudo, de gestão daquilo que é a relação da empresa com o cidadão. Nunca perder esse fim último que é servir bem e responder ao cidadão. Portanto, são estas as grandes preocupações e as grandes linhas para 2023.”

6.2.1.2 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, têm convosco a Proposta com todo o detalhe e com certeza que a analisaram com muita atenção e eu queria apenas sublinhar aqui alguns aspetos e dar umas explicitações.

O Plano e Orçamento que têm nas vossas mãos, obviamente obedeceu a grandes princípios orientadores de que eu queria aqui apenas sublinhar alguns.

Apoiar as famílias face à subida generalizada dos preços; dar resposta à carência habitacional em Almada; concretizar a transferência de competências no domínio da ação social e da saúde; continuar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência; rever o PDM e investir no território e combater as alterações climáticas e garantir o equilíbrio orçamental no curto e no médio prazo.

Dizer porque nos parecem que são importantes as emblemáticas no contexto difícil que vivemos, que antes da explicitação mais financeira do Plano, dizer que este Orçamento acolhe medidas de apoio à família tendo em conta como disse, no contexto difícil que vivemos, e que vão desde a redução do IMI para 0,35%, automatização da tarifa social da água e saneamento, o lançamento do programa de apoio ao arrendamento, o Plano Almada Solidária, O gabinete de apoio às famílias sobre endividadas em pareceria com uma instituição externa e especializada nesta matéria que ajudará a encontrar medidas de mitigação quer com o Município, quer com outras entidades das situações difíceis que possam viver, a aquisição de habitação para reforço do parque habitacional e continuar o investimento na Carris Metropolitana que já baixou os passes como todos sabemos, encontrou uma maior mobilidade e está a ter uma cada vez maior cobertura.

Dizia eu, que estes princípios orientadores estiveram na base deste Orçamento, um Orçamento de 161.000.000.00€ (cento e sessenta e um milhões de euros) que é o maior Orçamento de sempre também por força das verbas da transferência de competências, e das candidaturas do PRR e das operações integradas para as comunidades desfavorecidas.

Dos 160.000.000.00€ (cento e sessenta milhões de euros), 83% refere-se a receitas correntes, que têm a ver muito com a transferência de competências e 17% a receita de capital.

No que diz respeito à despesa, 75% são para despesas correntes onde temos uma forte componente das despesas com pessoal, com as medidas da ação social que já referi, e com todas as transferências de competências que já recebemos e com aquelas que pretendemos receber no ano de 2023 que são da ação social e da saúde.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Referir apenas que nas despesas com o pessoal é enorme o aumento como podem constatar, não só pelos aumentos dos salários que estão previstos para 2023, como pela incorporação de cerca de novecentos auxiliares da ação educativa, provenientes das transferências de competências com a educação.

Continuamos a cumprir o equilíbrio orçamental, com um saldo de 10.574.290.00€ (dez milhões quinhentos e setenta e quatro mil e duzentos e noventa euros), foi cumprida neste Orçamento.

Este Orçamento estrutura-se por eixos de uma forma muito breve, dar-vos-ia a ideia das medidas mais emblemáticas, mais importantes, que tencionamos não esgotam as medidas em cada eixo, mas apenas aquelas que nos parecem nesta Assembleia Municipal serem mais importantes referir.

No primeiro eixo que é o eixo da Solidariedade, Inclusão e Habitação. A construção dos noventa e cinco fogos de habitação municipal; a candidatura para a construção de cento e quarenta fogos nas Terras da Costa; o Programa 1º Direito e IHRU com 1169 (mil cento e sessenta e nove) habitações para renda acessível; o projeto Bairro Sem Carie, que foi uma das prioridades a seguir à intervenção nas doenças, nas patologias mentais que, elegemos para este Orçamento e o PRR das Comunidades desfavorecidas, dois projetos que atuarão em duas comunidades desfavorecidas no Monte/Trafaria e nas Terras da Costa; continuaremos todos os Planos Municipais que temos, o Plano Municipal dos Migrantes, o Plano Almada Solidária, que já existe há dois ou três anos, a tarifa social da água como já referi e o gabinete de apoio às famílias endividadas que também já referi.

O segundo eixo, Educação, Qualificação e Conhecimento, saliento a revisão e elaboração da Carta Educativa, que é fundamental como todos sabemos para uma reorganização do território e inclusivamente é um documento subsidiário do PDM, porque é urgente identificar os territórios e aquilo para que eles servirão; o concurso para o projeto de Residência Universitária na zona do Caramujo Romeira, a nova Escola na União de Freguesias na Charneca de Caparica, o trabalho que já desenvolvemos no âmbito da Carta Educativa e se calhar nem era preciso grande análise para sabermos da necessidade da construção desta nova escola e o Plano Estratégico Educativo Municipal, que se pretende que seja também um instrumento fundamental do relacionamento agora neste quadro das novas competências do Município com os Agrupamentos de escolas. Outra medida que nos parece importante e que já está iniciada, é a criação da sala de estudos em articulação com o Movimento Associativo; ampliação de algumas escolas; requalificação dos refeitórios que estão numa situação de bastante exigência de requalificação.

O terceiro eixo, de Arte, Cultura e Criatividade. Temos prevista a Programação para os 50 anos da elevação de Almada à Cidade; os 30 anos da Casa da Cerca; a Comissão de Honra que preparará as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e o edifício das celas no Presídio da Trafaria passando às requalificações do Solar dos Zagallos, do Convento dos Capuchos, do Palacete José Gomes, da Casa Pragana, e também a recuperação de toda a problemática em torno das pescas e Arte Xávega da Costa da Caparica, e de Almada Velha com a valorização do seu património e também a Quinta do Almaraz.

O quarto eixo, Transportes, Mobilidade e Acessibilidade. Continuação do investimento na Carris Metropolitana; requalificação da rede ciclável e projeção de mais de 50 Km; criação de bolsas de estacionamento; obras estruturais a concluir como a Estrada Florestal, a Avenida do Mar, o troço final do IC20 na Costa da Caparica e a rua Petrónio Amor de Barros; e a requalificação do Juncal até à Praça dos Navegantes, o eixo central da Avenida Dom Sebastião, a Frente Atlântica e lançamento de procedimentos para a Avenida de Vale Bem, rua Dão João V e Avenida 23 de Julho.

Chamo também a atenção para o Regulamento desta matéria.

O quinto eixo, Economia, Inovação e Turismo. Estratégia Municipal de Desenvolvimento Económico com um conjunto de projetos; implementação do Invest Almada; implementação do Almada Filme Camichan e a criação do fundo municipal de captação de eventos; a reabilitação e a requalificação do Posto de Turismo da Costa da Caparica e o Plano Municipal para os mercados municipais, entre outras que poderia aludir.

Sexto eixo, Ambiente, Espaço Público, Espaços Verdes, Energia, Clima e Sustentabilidade. O Plano Climático para Almada 2030, como a mitigação das consequências das alterações climáticas; novas soluções nas comunidades de energia no combate à pobreza, temos já lançada a primeira comunidade de energia que é o projeto dos Três



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7d

Vales e que poderá acarretar a diminuição da fatura energética, nomeadamente, às populações mais desfavorecidas; a finalização do estudo para a implementação dos dez corredores verdes entre outras que poderia também aludir, mas parecem-me estas as mais importantes.

Sétimo eixo, Planeamento Estratégico, Gestão e Ordenamento do Território. Conclusão do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM; a reabilitação do edifício das celas do Presídio da Trafaria; a requalificação e o reordenamento do litoral atlântico; o acompanhamento de requalificação dos apoios de pesca com o respetivo Regulamento; também o acompanhamento do estudo de ordenação de base ecológica da infraestrutura verde, do litoral atlântico.

Oitavo eixo, Desporto e Juventude. Desenvolvimento da Carta Desportiva de Almada, será um documento estratégico como todos entendemos; a construção do Plano Estratégico a partir dela, e de desenvolvimento desportivo; a realização do Congresso do Desporto do Concelho de Almada e a realização do primeiro Conselho Municipal do Desporto. Manter todos os programas que temos já em andamento, como o Almada Forma, o Almada Sénior, o Plano de Iniciação à Natação e o Troféu Almada Atletismo. Dar inda continuidade ao Conselho Municipal da Juventude; ao Orçamento Participativo Jovem de Almada; ao Banco de Voluntariado de Jovens de Almada e a Assembleia Municipal Jovem de Almada.

Nono eixo, Governança, Serviços Públicos e Cidadania. Temos logo aqui em primeiro lugar, o desenvolvimento do projeto para a construção do Centro de Saúde do Feijó, está já identificado o terreno e aguardamos o layout da ARS/LVT para o desenvolvimento do projeto; o mesmo para o Centro de saúde da Cosa da Caparica, que está na mesma situação, com terreno identificado e aguardando o layout para o desenvolvimento do seu projeto de construção; o início da construção da Loja do Cidadão no Caramujo/Romeira, achamos que esta é de facto uma medida muito importante e enseada por muitos dos almadenses há muito tempo, eu já me lembro dela nestas andanças há muito tempo; requalificação do Espaço do Cidadão do Feijó; reabilitação e reconversão do antigo edifício da EDP no novo centro de serviço municipal e a concretização do desenvolvimento do Regulamento para constituição da Polícia Municipal; criação da nova Central Municipal da Operação de socorro na Bateria da Raposa, já temos protocolo assinado e estamos em fase de elaboração de projeto; desenvolvimento dos bairros comerciais digitais, taxamos já a primeira fase desta candidatura, aguardamos o resultado da segunda fase para obtenção do financiamento e implementação do cheque veterinário.

Decimo eixo, Freguesias, Descentralização e Proximidade. Assegurar a implementação da transferência de competências nas áreas da saúde e da ação social, como sabem, estaria prevista para o dia 1 de janeiro, de 2023, na ação social que será pensamos nós, amanhã em Conselho de Ministros adiado para o dia 1 de abril, de qualquer modo, recebê-la-emos, estamos em preparação dos documentos finais; a atualização das verbas a transferir para as Uniões de Freguesia, no processo que estamos a desenvolver e vamos desenvolver com as Juntas de Freguesia, mas neste espaço intermédio, foram já atualizados os valores da inflação, os valores das competências delegadas nas Juntas de Freguesia tendo em vista o aumento dos salários e a inflação; e assegurar a concretização das transferências de competências do Estado Central todas elas para o Município.

Só para terminar, aludir aqui alguns projetos de relevância nacional. A 3ª Travessia do Tejo e que precisam de articulação com o Governo Central, a 3ª Travessia do Tejo Algés/Trafaria; a Margueira Cidade da Água; a expansão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica e para terminar, alguns projetos de relevância supramunicipal, que exigem a articulação com outros Municípios ou mesmo com outras entidades. Temos aqui o caso de Almada Innovation District, o Instituto da Arte e da Tecnologia, a Estação Arqueológica do Almaraz, o Projeto Integrado de Recuperação e Valorização da Frente Atlântica, o Projeto Integrado de Recuperação e Valorização da Frente Ribeirinha e a reformulação do nó de acesso do IC20 à Ponte e a requalificação da via, obra que já está aprovada pelas Infraestruturas de Portugal.

Como percebem estes são projetos que exigem articulação com outras entidades ou mesmo com o Governo Central.

Por fim, dizer apenas que no Anuário Financeiro Almada mantem a 6ª Posição na lista dos grandes Municípios como um Município com boa gestão nos últimos quatro anos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Disse aquilo que eram o mais importante, muito mais poderia a dizer, fico à disposição dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais para qualquer esclarecimento.”

6.2.2 - No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), José Alberto Lourenço (CDU), Beatriz Leal Ferreira (PSD), André Macedo Ferreira (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Luís Filipe Palma (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Pedro Amorim Matias (PS), o Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

em termos de gestão de pessoal e de gestão urbanística, é importante que nos esclareçam qual a justificação financeira na monetização do parque de estacionamento Norte do Parque da Paz, é que de acordo com as projeções da WEEMOB este parque poderá eventualmente gerar uma receita de 1.670.00 (mil seiscentos e setenta euros) ao longo de todo o ano de 2023. Falamos, portanto, de uma receita mensal a rondar os 140.00€ (cento e quarenta euros). Ora se, o que se pretende efetivamente é alavancar aquele espaço para promover o usufruto do espaço público, ou para promoção da utilização do transporte público, não encontramos qualquer justificação para que aquele parque de estacionamento não deva ser gratuito, é que reparem Senhores/as Vereadores/as, a opção pela gratuidade daquele parque seria muito mais útil para Almada, para os Almadenses e diria mais sustentável para a própria WEEMOB, mas enfim, aqui estamos para que nos esclareçam.

E sobre a WEMOB termino com esta questão: o que é que fundamenta o crescimento do valor das coimas de cobrança direta, passando de 432.000.00€ (quatrocentos e trinta e dois mil euros) em 2022, para 782.379.00€ (setecentos e oitenta e dois mil e trezentos e setenta e nove euros) em 2023? Isto leva-nos a questionar, será que a WEMOB mais do que instrumento de gestão e promoção de mobilidade urbana em Almada, se assume cada vez mais como um veículo cuja função é gerar receitas para o qual os almadenses e todos os que visitam o nosso Concelho são chamados a contribuir?

Mas vamos agora às grandes Opções do Plano e Orçamento.

Uma primeira nota sobre este Orçamento da Câmara Municipal.

A previsão da Câmara Municipal em receitas em sede de IMT para o próximo ano é de 27.037.000.00€ (vinte e sete milhões e trinta e sete mil euros), um valor em baixa ajustado ao que se registou em 2022, e aqui estamos de acordo, parece-nos correto.

Mas, face ao registado em 2021, a previsão de receita é superior em cerca de 6.6%, ou seja, mais 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros) e sobre esta previsão discordamos por três motivos.

1º - O ano de 2021 foi um ano com um aumento artificial de transações resultantes do facto de muitas famílias terem adiado a sua decisão de compra de imóvel devido à pandemia que atingiu Portugal sobretudo em 2020;

2º - O ano de 2021, assim como o próprio ano de 2020 foi um ano de digamos, periferização da procura imobiliária para fora das cidades e Almada foi dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa mais impactados por este movimento;

3º - O aumento das taxas de juro, aliado a uma inflação que se deverá manter historicamente elevada, irão contribuir para uma desaceleração profunda do dinamismo imobiliário em todo o país, sendo Almada como é evidente um dos Concelhos afetados.

E a questão que colocamos, é porque motivo o valor orçamentado para Taxas, multas e penalizações é o mais elevado dos últimos 5 anos e continua a evidenciar uma elevada dependência da economia do betão, uma vez que parte significativa destas receitas têm proveniência no licenciamento de obras?

Será que o executivo tem mesmo a expectativa de que com a desaceleração económica prevista para 2023, com profundos impactos no sector imobiliário, este apostará de forma expressiva no licenciamento de novas obras que correm o risco de não serem vendidas?

Tal como em relação ao IMT, esta é uma receita que se encontra sobre orçamentada e que desde logo põe em causa a execução orçamental no próximo ano.



No âmbito do PRR e em virtude da execução financeira nula dos mais de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) previstos para 2022, porque motivo, para o próximo ano, o executivo municipal apenas prevê um valor de 8.193.946.00€ (oito milhões cento e noventa e três mil e novecentos e quarenta e seis euros)?

Ou seja, expliquem-nos porque motivo, este valor é 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) inferior ao previsto para 2022, que não foi executado.

E de que forma, se pretende suprir as necessidades habitacionais do Concelho, com menos dinheiro e menos capacidade para execução de obras em habitação?

E digam-nos já agora, quais os projetos que serão beneficiados com os 3.812.783.00€ (três milhões oitocentos e doze mil e setecentos e oitenta e três euros), previstos em sede de PRR, para Resposta Social?

Quais as entidades que serão beneficiadas e qual o calendário da sua distribuição pelas entidades a que esses benefícios se destinam?

O que é que está previsto fazer com os mais de 2.300.000.00€ (dois milhões e trezentos mil euros) que o executivo irá receber no âmbito do PRR para transição Digital?

Quais as áreas que mais diretamente beneficiarão a vida dos Almadenses e de que forma este valor será adjudicado (concurso público ou adjudicação direta... ou contratação de técnicos superiores, uma vez que já deveria ser claro para o executivo que o digital já não é mais um atributo de vaidade municipal?

Expliquem-nos porque é que a verba destinada a contratos a termo para o ano de 2023 é cerca de 50% superior à executada em 2022 (sendo que até novembro de 2022 foram investidos 395.835.00€ (trezentos e noventa e cinco mil e oitocentos e trinta e cinco euros), e para 2023 a verba destinada a contratos a termo, é de 660.092.00€ (seiscentos e sessenta mil e noventa e dois euros), esta é de longe, a maior verba, desde sempre, atribuída à precarização das relações laborais no aparelho municipal?

E já agora gostaria que nos esclarecessem, porque é que a verba destinada a tarefas e prestação de serviços praticamente duplica face ao realizado em 2021, e face a 2022 (janeiro-novembro) tem um acréscimo de mais de 750.000.00€ (setecentos e cinquenta mil euros)?

Uma outra questão não menos relevante tem a ver com o facto serem destinados 329.853.00€ (trezentos e vinte e nove mil e oitocentos e cinquenta e três euros) a prémios e condecorações, que é a maior verba alocada para esta rubrica desde 2020 e a segunda maior dos últimos cinco anos. Portanto, legitimamente questionamos, sobre o porquê de tanto dinheiro para este tipo de rubrica, e quando falamos na necessidade de dignificar as condições de vida dos que mais necessitam, nos deparamos sempre com tantas dificuldades para obter as verbas necessárias?

Porque motivo, a verba destinada a Estudos e Pareceres é a mais elevada dos últimos 5 anos 680.432.00€ (seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e trinta e dois euros), contra os 168.317.00€ (cento e sessenta e oito mil e trezentos e dezassete euros) realizados em 2022 ou os 270.000.00€ (duzentos e setenta mil euros) gastos em 2021?

Qual a razão para que parte destes estudos não sejam feitos recorrendo às competências existentes nos trabalhadores da Câmara Municipal?

E, portanto, para o Bloco de Esquerda, este é um Orçamento que não compensa minimamente o fracasso da aplicação disponibilizada em sede de PRR em 2022, este é um Orçamento que é irrealista do lado da receita, uma vez que sobre orçamenta em mais de 3.500.000.00€ (três milhões e quinhentos mil euros) a capacidade do imobiliário continuar a financiar parte das despesas do Município, este é um orçamento que não se encontra orientado às necessidades dos almadenses e do tecido empresarial do município, sobretudo num contexto difícil como o que se antecipa para 2023.”

6.2.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No programa eleitoral de 2017, o PS propunha a construção de um Centro de Bem-Estar Animal. Findos os 4 anos nada aconteceu.

Na tomada de posse do atual executivo em 2021, a Senhora Presidente da Câmara Municipal comprometeu-se a avançar com a construção de um Centro de Recolha e Bem-Estar Animal em Almada. Estamos no final de 2022,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e vemos que nem o projeto de arquitetura ainda temos. Ou seja, tudo nos leva a crer que não será ainda neste mandato que este projeto avança.

Em 2021, o Governo transferiu para a Administração Local a verba de 7.000.000.00€ (sete milhões de euros) para investimento nos Centros de Recolha Oficial de Animais. Sessenta e sete Municípios candidataram-se a estes fundos, entre eles, a Moita, Seixal e Lisboa, para referir os mais próximos.

Em Almada continuamos a ver passar o tempo e os apoios financeiros.

Este Centro que se fala desde 2017 não é um capricho, é absolutamente fundamental para começarmos a resolver os problemas estruturais da área animal em Almada. A sua construção não vai apenas trazer melhores condições aos animais ali alojados, vai permitir desenvolver uma dinâmica e uma interação que só será possível se tivermos instalações adequadas às exigências do nosso tempo, dando também condições às associações locais.

O atual CRO sempre sobrelotado, tendo servido demasiado tempo apenas como depósito de animais, há muito tempo que já não deveria existir num Município com o de Almada.

Mas, e apesar da sua importância, este é apenas um dos muitos projetos necessários que continuam sem sair do papel.

O cheque veterinário que se discute desde 2018, nesta casa, desde a primeira recomendação do PAN sobre o assunto, e que apesar de haver verba alocada e da sua menção em reuniões, ainda não se encontra em vigor.

Não temos nenhuma solução para as matilhas, a não ser capturar os bebés que vão sendo avistados, deixando as cadelas a procriar vezes sem conta. Estes animais não estão vacinados, esterilizados, com chip, desparasitados, constituindo um risco acrescido para si e para os outros.

As colónias de gatos também continuam a aumentar, apesar do número de esterilizações nos serviços terem vindo a crescer, são muitas as colónias que precisam de intervenção. E os animais igualmente não são desparasitados, com chip, e não vacinados a não ser que as cuidadoras consigam fazê-lo.

Não existem abrigos para os animais de colónias, apenas algumas amostras.

O Regulamento do Cuidador continua sem existir deixando as cuidadoras e os animais à mercê da boa vontade da vizinhança e dos agentes da autoridade. Pois apesar de cuidarem dos animais que são da responsabilidade do Município, não têm um regulamento que os proteja.

O acorrentamento de animais, prática totalmente anacrónica e cruel, continua a ser uma realidade muito presente no nosso Concelho, e o Município tem que ter um papel ativo na erradicação deste flagelo.

Sobre esta temática deixamos ainda o nosso profundo desagrado pela forma como as denúncias que fazemos chegar são tratadas. Desde que este executivo tomou posse, que temos tentado de tudo para que nos cheguem as respostas das denúncias efetuadas, temos enviado diversos emails, realizado reuniões, entregue em papel as mesmas, mas o resultado é sempre o mesmo, o silêncio.

O PAN sempre teve uma postura colaborante nestes e noutros assuntos, porque a nossa prioridade é a resolução dos problemas, mas se da Câmara Municipal não existe essa atitude, então iremos também rever a nossa postura. Falamos de vidas, falamos de animais que precisam de ajuda e faz parte das incumbências do Serviço Veterinário Municipal, dar respostas às denúncias. Respostas não apenas formais e burocráticas, respostas que garantam o bem-estar efetivo dos animais o que não tem acontecido.

Deixo alguns exemplos ilustrativos do que falo: criação ilegal de pitbulls mantidos numa pequena varanda sem abrigo e espancados frequentemente pelo detentor; animais mantidos na escuridão e em espaços totalmente insalubres dentro de barracões edificadas em terrenos públicos; animais mantidos em espaços minúsculos de onde nunca saem; cães acorrentados a carrinhas, a roulottes, a postes, sem qualquer abrigo; gatos presos por



cordéis. Podia continuar o role de situações que nos deve envergonhar a todos, por continuarem a existir no nosso Concelho e o que se esperava era que existisse pelo menos uma resposta por deste executivo na tentativa de resolução das situações, mas não tem sido essa a postura. Sentimos por isso um enorme descontentamento sobre a forma como a temática animal tem sido tratada por este executivo.

A área ambiental e apesar do investimento enunciado, continua a não ter uma preponderância e a prioridade de vidas. As medidas que estão a ser tomadas estão longe de corresponder a emergência climática que vivemos. O ambiente tem que passar a estar no centro de todas as decisões e de todo o planeamento do território. Não mais podem construir habitações, estradas, escolas, infraestruturas sem pensar no impacto ambiental e na forma de contribuir para uma maior sustentabilidade. O Plano Climático de Almada, apesar de ainda apenas ter sido apresentado, parece-nos pouco ambicioso, não trazendo as mudanças estruturais necessárias e deixando de fora áreas que contribuem de forma substancial para a emissão de gases com efeito de estufa como sendo a alimentação.

Reconhecemos o trabalho desempenhado na área social, a construção e renovação das infraestruturas escolares e equipamentos desportivos e o investimento em novos fogos habitacionais, área absolutamente fundamental e que continua longe de dar respostas ao elevado número de munícipes que não consegue ter acesso a uma habitação digna.

Reconhecemos a importância da requalificação de vários territórios do nosso Concelho assim como o investimento em ciclovias, e uma mobilidade mais sustentável.

Mas, e por tudo o que foi dito acima, não podemos votar favoravelmente este Orçamento, iremos abstermo-nos e iremos abstermo-nos até a área ambiental ter a preponderância que lhe é exigida e os animais deixarem de ser tratados como parentes obres.

Não votaremos mais nenhum Orçamento favoravelmente até o Centro de Bem-Estar Animal sair do papel e existirem respostas concretas para os problemas enunciados.”

6.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizíamos há um ano atrás, aquando da discussão das Opções do Plano e Orçamento para o corrente ano que: “ Se no início do mandato anterior, em que o PS chegou à Presidência da Câmara Municipal, alguma inexperiência do executivo podia justificar que determinadas metas e objetivos apresentados, acabassem por ficar na gaveta ao longo do ano ou a sua execução fosse muito baixa, aquilo a que vimos assistindo desde então, mostra que não estamos perante um problema de inexperiência, mas antes uma gestão deliberadamente casuística, que faz da apresentação destes documentos uma mera operação propagandística, onde o que ali se diz não constitui um qualquer compromisso perante as populações que tenha de ser cumprido”.

Agora, no início da discussão das Opções do Plano e Orçamento para 2023, não só se confirma tudo o que na altura afirmámos, como constatamos que estamos perante um documento, que acrescenta ao irrealismo dos anteriores documentos, uma enormíssima dose de insensibilidade social e alguma hipocrisia.

Já lá vamos à insensibilidade social e à hipocrisia.

Começamos pela repetida frase de todos os anos: “Este é o maior orçamento de sempre”, que cada ano que passa encima cada orçamento e que sempre, mas sempre é desmentida pela realidade.

Há um ano, o maior orçamento de sempre teria 142.000.000.00€ (cento e quarenta e dois milhões de euros), dos quais 37.000.000.00€ (trinta e sete milhões de euros) seriam investimento e destes 13.300.000.00€ (treze milhões e trezentos mil) euros seriam em habitação, chegados ao último mês do ano a despesa paga foi de 105.000.000.00€ (cento e cinco milhões de euros), o investimento estimado para 2022 de apenas 13.800.000.00€ (treze milhões e oitocentos mil euros) e o investimento em habitação ficou-se apenas pelos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

696.300.00€ (seiscentos e noventa e seis mil e trezentos euros) apenas 5% do investimento que se prometeu o ano passado por esta altura.

Agora uma vez mais e já lá vão seis anos, querem que acreditemos no maior orçamento de sempre desta vez de 161.000.000.00€ (cento e sessenta e um milhões de euros), quando apesar de todas as transferências de competências, deverão executar pouco mais de 100.000.000.00€ (cem milhões de euros). Querem que acreditemos que desta vez o investimento de 26.900.000.00€ (vinte e seis milhões e novecentos euros) será executado e que deste, 6.800.000.00€ (seis milhões e oitocentos mil euros) será o investimento em habitação.

Nem eles próprios acreditam no que dizem!

Temo-lo dito e reafirmamo-lo, num período em que vão ser disponibilizados ao nosso país, para intervenções muito específicas e num prazo relativamente curto, montantes financeiros muito consideráveis, é extremamente grave que por incapacidade deste executivo essa oportunidade venha a ser perdida.

Os almadenses não vos irão perdoar essa vossa incapacidade de contribuir para a resolução dos vários problemas que a nossa população enfrenta, sejam eles de habitação, saúde, educação, ambiente, transportes e acessibilidades.

E, são tantas as necessidades de investimento, que no âmbito do direito de oposição, a CDU lembrou na reunião que há dias efetuou com a atual maioria PS na Câmara Municipal.

Investimentos da responsabilidade do Governo e em que a posição do Município não pode continuar a ser de amortecedor das reivindicações da nossa população, mas antes seu firme porta-voz e investimentos da responsabilidade do Município.

Desde a construção de novos Centros de Saúde no Feijó e na Costa da Caparica, à construção de uma nova Escola Secundária na Charneca de Caparica, à construção de novas instalações no Concelho para a PSP e GNR, à construção do porto de abrigo na Trafaria, à construção da estação Fertagus em Vale Flores, à reivindicação da criação de um novo nó de acesso à A2 na zona de Corroios, ao prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica (há muito previsto no contrato de concessão e de que o PS na última campanha eleitoral de forma oportunista quis fazer bandeira eleitoral), à reabilitação de muito do nosso parque escolar, às obras de reabilitação dos mercados municipais da Costa da Caparica e de Almada, às obras de manutenção dos equipamentos desportivos e culturais municipais, (hoje às 7H45, os munícipes que utilizam as piscinas da Sobreda, receberam uma mensagem dizendo que não podiam uma vez mais usar as piscinas porque chovia lá dentro) à construção pelo município de habitação social para responder às necessidades da nossa população, viva ela em habitações precárias, núcleos habitacionais degradados ou necessite simplesmente de uma habitação para viver.

Os representantes deste Município não podem nesta matéria da construção de habitação social, limitar-se a aparecer, qual emplastro, nas sucessivas fotografias das cerimónias que os representantes do Governo fazem, cada vez que vêm ao Plano Integrado de Almada, seja para anunciar o início dos concursos para os lançamentos dos projetos, seja para anunciar o lançamento dos concursos para a construção de habitação a renda acessível naqueles terrenos públicos, seja certamente para o lançamento das primeiras pedras das obras de construção dessas habitações.

Dissemos inicialmente que estes documentos para 2023, se caracterizavam pelo seu irrealismo, mas também neste caso, pela insensibilidade social das suas propostas, acompanhada aqui e ali por muita hipocrisia.

Não há outra forma de denominar aqueles, que num momento em que as famílias portuguesas e, em particular as almadenses, suportam níveis de inflação anual acima de 8%, em que muitas delas têm à sua frente o espectro de terem de suportar um agravamento das prestações mensais com a sua habitação superiores a 30%, 40% e 50%, em que a fatura com a alimentação, o gás e eletricidade aumenta mais de 20% e em que os seus salários ou pensões pouco crescem ou ficam congelados, aquilo que têm a oferecer à esmagadora maioria dos seus



7h

municípios, são aumentos brutais da fatura conjunta da água e resíduos sólidos urbanos e, são aumentos das tabelas das taxas, tarifas e preços a praticar pela Câmara Municipal em 2023, da ordem dos 9%.

Para que não digam que não é verdade, os aumentos da fatura da água e resíduos sólidos urbanos, são confirmados no parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, enviado para os SMAS no passado dia 6 de dezembro e os aumentos das tabelas de taxas, tarifas e preços a praticar pela Câmara Municipal em todos os serviços prestados, foram já aprovados na Câmara Municipal, nem sequer respeitando aquilo que o Regulamento Municipal determina.

Num ano como o próximo, que se adivinha bem difícil para as famílias do nosso Concelho, a sua Câmara Municipal, a quem não falta disponibilidade financeira resultante da sua incapacidade permanente de executar os investimentos que orçamenta, em vez de tomar a decisão política de congelar qualquer atualização de taxas, tarifas e preços a praticar pela Câmara Municipal e pelos SMAS, decidiu ser mais papista que o Papa e fazer aumentos nas suas prestações de serviços, como não se viam há décadas neste Concelho.

Esta Câmara Municipal em vez de ajudar os seus municípios nos momentos mais difíceis, pelo contrário só lhes dificulta, só lhes atrapalha a vida, só contribui com toda esta insensibilidade social para que a sua vida pior ainda mais.

Perante esta prática, baixar o IMI em 0,01%, medida que vínhamos reivindicando desde 2018 e que só agora é aprovada, constitui um passo no caminho certo, que é completamente engolido por todos os outros aumentos de preços entretanto aprovados.

Enquanto os consumidores domésticos de água são cerca de cem mil no nosso Concelho, dos quais pelo menos cerca de oitenta e cinco mil têm aumentos brutais na sua fatura da água e saneamento e mais de 9% nos diferentes serviços prestados pela Câmara Municipal, os municípios detentores de habitação própria serão cerca de quarenta e sete mil, têm uma redução no seu IMI de 2,8%, mas muitos deles terão um agravamento na sua prestação mensal ao Banco superior a 30%.

Tudo isto espelha insensibilidade social, como já atrás referimos, mas arrasta consigo muita hipocrisia também, quando a Presidente da Câmara Municipal fala na apresentação do Orçamento para o próximo ano e, cito “numa grande tentativa de poder responder àquilo que são as necessidades do contexto que vivemos. Uma das nossas preocupações foi criar linhas para apoiar as famílias face à subida generalizada dos preços”.

Essa preocupação, se alguma vez existiu, é desmentida de forma muito clara na subida em catadupa das taxas, tarifas e preços que este Município aprovou para 2023.

Programa de Apoio ao Arrendamento, Plano de Almada Solidária e Gabinete de Apoio às Famílias Sobre Endividadas, apresentados como linhas de apoio às famílias, ficam bem em qualquer Plano de Atividades e Orçamento, mas sem qualquer verba orçamentada conhecida, servem apenas para compor o ramalhete e escapam ao escrutínio desta Assembleia Municipal e dos municípios que todos representamos.

Soam bem, mas valem pouco, porque não conseguimos desta forma perceber até onde está o executivo municipal disposto a ir no apoio às famílias.

Temo-lo dito e reafirmamo-lo, a população de Almada, em especial a população trabalhadora e mais desfavorecida, merecem mais, muito mais do que aquilo que a atual maioria PS lhes tem proporcionado.

No poder ou na oposição bater-nos-emos sempre para que a população do nosso Concelho, em especial a mais desfavorecida, veja os seus interesses e as suas necessidades respeitadas pela sua Câmara Municipal. Algo que nos últimos anos, apesar das muitas promessas feitas, foi completamente ignorado por este executivo municipal.”

6.2.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A economia que despreza as considerações morais e sentimentais, é semelhante às figuras de cera que, parecendo vivas, carecem da vida proporcionada pela carne.

Estas palavras não são minhas, são de Gandhi. E cito-as porque nunca é demais recordar porque estamos aqui hoje. Estamos pelas pessoas, pelos almadenses, e a proposta de Orçamento hoje apresentada é reflexo dessa preocupação.

A pandemia não só fez reduzir as receitas como ainda fez aumentar as despesas, e sentimos as pressões resultantes da transferência de competências. A esta situação, soma-se o aumento das despesas correntes destacando a fatura da energia.

Saudamos por isso, que todos os documentos apresentados cumpram os preceitos do equilíbrio económico e financeiro, promovendo elevadas taxas de independência financeira, solvabilidade e liquidez. O facto de continuarmos a planear, a Câmara Municipal, salvaguardando a sua capacidade de investimento e garantindo sempre fundos de emergência, com um excedente de receita corrente superior a 10.500.000.00€ (dez milhões e quinhentos mil euros), será determinante para os novos desafios que se avizinham.

O aumento das taxas de juro veio agravar a dificuldade em cumprir créditos contraídos, nomeadamente, os da habitação, que correspondem à maior fatia das despesas das famílias portuguesas. Com as prestações a subir, as taxas de esforço já muito altas e a inflação a impactar nos preços dos bens e serviços, as famílias encontram-se cada vez mais expostas a vulnerabilidades financeiras. É no Poder Local, que irão encontrar as primeiras ajudas e este Orçamento, o maior de sempre, tem nele inscrito as respostas claras para os almadenses.

A redução do IMI de 0,36% para 0,35%, medida proposta pelo PDS, que tem um impacto de 870.000.00€ (oitocentos e setenta mil euros) a favor dos munícipes. O PSD tem batalhado para uma diminuição da carga fiscal municipal generalizada, proporcionando uma maior liberdade financeira aos contribuintes, criando ao mesmo tempo condições propícias para atrair empresas e novos postos de trabalho.

Sabemos que o Orçamento de 2023, não contempla alterações de fundo significativas ao quadro fiscal em virtude das incertezas resultantes da crise económica. Mas não nos esquecemos do que o PSD prometeu aos seus eleitores, como foi escrito no programa eleitoral o PSD vai continuar a lutar para que assim que haja uma melhoria das condições económicas, a taxa de participação do IRS, desça dos 3,5% para os 2,5%. Percebemos que atualmente enfrentamos o desafio de contexto que desaconselha mais mexidas na fiscalidade, mas no futuro voltaremos a esta proposta.

Quase 13% da despesa é feita para cumprir o objetivo das Grandes Opções do Plano denominado Solidariedade, Inclusão e Habitação. São mais de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) alocados à implementação de projetos sociais, ao reforço do parque habitacional e à distribuição de apoios extraordinários, para ajudar as famílias a ultrapassar esta fase difícil que se avizinha.

60% das verbas destinadas ao investimento, são canalizadas para a habitação, infraestruturas escolares, intervenção no espaço público. Obras concretas que vão ter impacto no dia a dia dos almadenses. Aqui o PSD teve um papel essencial ao inscrever o projeto das salas de estudo e a construção dos novos parques urbanos da Quinta dos Porfírios e Vale Flores de Baixo.

Sempre defendemos a Loja do Cidadão e propusemos a sua criação, pelo que ficamos satisfeitos por testemunhar que será mais uma proposta a concretizar.

Mas este Orçamento reflete preocupações políticas que vão para além de 2023, já que quase 11% do Orçamento é investido na melhoria da sustentabilidade e do espaço público. Prepara-se assim o futuro de um Concelho mais capaz de responder às alterações climáticas com destaque para duas propostas do PSD.

A colocação de leds na iluminação pública e o concurso de ideias para a reabilitação total dos mercados municipais de Almada e Costa da Caparica.



Relembro que ao dinamizar o comércio local e ao aproximar os almadenses dos pequenos produtores, estamos a encurtar as cadeias de distribuição, a promover o consumo sustentável e a reduzir a pegada ecológica das famílias almadenses.

O documento em discussão é reflexo de uma nova Almada, que consegue conciliar o interesse público e privado, garantindo novas oportunidades à classe média, às pequenas e médias empresas.

Avançará a criação da Agência de Atração de Investimento Invest Almada e a promoção turística sairá reforçada com a melhoria da sinalética e a criação de postos de turismo virtuais, ambas propostas do PSD:

No entanto, o Invest Almada é isso mesmo, é um projeto. O PSD quer que se avance com soluções concretas, de captação de investimento já prevista no Orçamento do ano passado e cuja implementação está a ser mais lenta do que os almadenses precisam. Até vermos os resultados desta medida, há muito que a Câmara Municipal de Almada pode fazer hoje para facilitar a vida a quem quer investir no nosso Concelho. Não deixar derrapar os processos de construção, agilizar os licenciamentos e diminuir a burocracia.

O PSD não quer empresas apenas porque sim, porque como muitos aqui andaram a dizer, promove o grande capital, ou porque está na moda, ou porque soa bem, ou porque a tecnologia é inovadora, porque é bom para a nossa imagem enquanto Concelho.

Nós queremos empresas em Almada para garantir o emprego diferenciador e de qualidade. Queremos pôr um ponto final no fardo dos jovens almadenses que apanham o barco para ir trabalhar para Lisboa, ou na realidade incontornável dos empregos nos supermercados, o do ordenado mínimo e dos turnos desajustados da realidade das famílias.

Quem vai criar estes postos de trabalho não é o Estado Central, nem é a Autarquia, são as empresas. Saibamos chama-las e recebe-las.

A mobilidade em Almada vai enfrentar mudanças profundas, para já, prevê a estabilização da atividade da WEMOB ao retomar na plenitude as atividades que permitem garantir a solidez das contas, é uma boa notícia também para os almadenses que vão poder contar com mais investimentos em parques de estacionamento.

Ainda o novo Regulamento de Estacionamento vai tornar mais justa a situação dos moradores e empresas do Concelho, oferecer uma grande amplitude de dísticos que podem ser requisitados online e entregues em casa.

A segurança será reforçada por proposta do PSD com a regulamentação da Polícia Municipal em Almada prevista para 2023.

A fiscalização de obras, espaços públicos, mercados e feiras, e a segurança dos edifícios municipais, situações que a Câmara Municipal normalmente contratualiza por via de gratificados da PSP, passarão para a responsabilidade destes agentes em natural articulação com as forças de segurança.

O PSD em Almada, sempre defendeu a Polícia Municipal como um instrumento fundamental para fazer cumprir os regulamentos municipais de uma forma mais pedagógica e próxima dos almadenses, contribuindo para um maior equilíbrio, sentimento de justiça e de segurança.

Concluindo, um Orçamento sem objetivos estruturais, é um documento inócuo, como as figuras de cera de Gandhi, que citei no início da minha intervenção

O PSD considera que as opções tomadas por este executivo, refletidas no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal e da WEMOB, vão ao encontro das expectativas dos almadenses. É um Orçamento ambicioso, sim, por manter grandes investimentos estruturais em altura de crise, mas que concretiza uma visão de cidade como lugar onde queremos viver, trabalhar, investir e que queremos sempre visitar.”

6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo Ferreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Câmara Municipal de Almada, apresenta-nos para 2023, um Orçamento que novamente responde às urgências e problemas estruturais do nosso Concelho, não menosprezando a necessidade de executar em simultâneo o Plano de Recuperação e Resiliência.

Tratando-se do maior Orçamento de sempre, e respondendo ao Senhor Deputado Municipal da CDU, de facto é uma verdade, se compararmos com o primeiro Orçamento que o Partido Socialista apresentou em 2018, já é um Orçamento que é 80% superior ao primeiro Orçamento, de facto, ano após ano, apresentamos sempre Orçamentos mais ambiciosos, portanto, nem vamos se calhar, preocuparmo-nos com o que eram os Orçamentos da CDU, mas tratando-se do maior Orçamento de sempre, existem aspetos positivos a contribuir para esta subida como a execução da transferência de competências nas áreas da educação, da ação social, e da saúde, mas também o reforço de serviços municipais importantes para o Município e ainda a execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

No entanto, também convém não estarmos indiferentes ao contributo que a elevada inflação verificada em 2022, infelizmente tem para esta subida.

O Partido Socialista gostaria de saudar a Câmara Municipal por definir como principais linhas orientadoras deste Orçamento, o apoio às famílias neste contexto devido à subida generalizada dos preços, por continuar a priorizar a resposta à carência habitacional em Almada, por executar a transferência de competências nos domínios da ação social e da saúde, e também por priorizar a execução do PRR.

O PS considera que é muito importante o aumento das despesas com o pessoal, que tiveram um reforço este ano de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) associado à incorporação nos quadros da Câmara Municipal novos trabalhadores no âmbito da transferência de competências e do reforço dos serviços municipais.

Também na aquisição dos bens e serviços, temos uma subida de 15.000 000.00€ (quinze milhões de euros) e o PS aí gostaria também de saudar a execução que está a ser feita das transferências de competências nas já referidas áreas da educação, saúde e ação social, não ignorando também a subida que existe no custo da energia nomeadamente, combustíveis, eletricidade e gaz natural.

Relativamente às despesas de capital que totalizam quase 40.000.000.00€ (quarenta milhões de euros) o PS gostaria de destacar que mais de 60% do total do investimento é destinado à construção da habitação, infraestruturas escolares e intervenções no espaço público, e em termos das Grandes Opções do Plano, o principal eixo, gostaríamos e sublinhar aqui pela sua importância, será o da Solidariedade Social, Inclusão e Habitação, que tem um investimento da Câmara Municipal de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros). No que toca às medidas dos apoios às famílias, aqui gostaríamos de salientar a sua diversidade e transversalidade, destacando a redução do IMI para os 0,35%, o Plano Almada Solidária, a aquisição de habitações para o reforço do Parque Habitacional, o Programa de Apoio ao Arrendamento, a construção de mais de 95 (noventa e cinco) fogos de habitação municipal, o início da construção de 1169 (mil cento e sessenta e nove) habitações no âmbito do Programa 1º Direito, e ainda o investimento na Carris Metropolitana com vista a melhorar a rede de transportes públicos no nosso Concelho.

No eixo da Governança de Serviços Públicos e Cidadania, o PS gostaria de saudar a Câmara Municipal por avançar com a reabilitação e conversão do antigo Edifício da EDP, num novo Centro de Serviços Municipais, um edifício que está abandonado há anos, pelo início da construção da Loja do Cidadão no Caramujo/Romeira, outra zona também abandonada pelo anterior executivo durante anos e também o desenvolvimento do projeto para a construção do Centro de Saúde do Feijó.

No eixo do Ambiente, Espaço Público, Espaços Verdes, Energia, Clima e Sustentabilidade, naturalmente que queremos destacar a criação do Parque Urbano da Charneca de Caparica, o Plano Climático Almada 2030, e as novas soluções das Comunidades de Energia para o combate à pobreza energética.

No eixo da Educação, Cultura Qualificação Conhecimento, queremos enaltecer conforme já foi referido, diversas vezes pela Senhora Presidente, a revisão e elaboração da Carta Educativa, a conclusão da ampliação da Escola



JK

Básica Carlos Gargaté, a requalificação e ampliação da Escola Básica nº 1 da Trafaria e a requalificação de vários refeitórios escolares municipais.

Senhora Presidente, o Partido Socialista reafirma a confiança na ação deste executivo e no Orçamento que apresenta, é mais um Orçamento no qual os almadenses podem confiar e é um Orçamento que persiste em corrigir problemas estruturais adiados durante décadas pelos executivos da CDU. E é uma resposta eficaz no apoio à população num contexto económico e social incerto, onde o Poder Local sempre tem que ter naturalmente um papel fundamental a desempenhar.”

6.2.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Orçamento em questão não respeita os contribuintes que pagam os seus impostos e fazem os seus descontos, não trazendo qualquer alívio fiscal que suporta os custos do Estado. A já muito honorada classe média novamente esquecida e abandonada nesta crise que se avizinha.

A disponibilidade do executivo para aumentar a taxa de devolução do IRS, continua a penalizar quem desconta e colhe os frutos do seu trabalho, sendo estes o principal alvo da máquina fiscal.

Numa altura de aumentos extraordinários dos preços, a Câmara Municipal de Almada poderia e deveria em sede de IRS dar algum conforto aos seus munícipes, mas não, aumenta grande parte das taxas dos serviços prestados honorando ainda mais os almadenses.

Aplaudimos ainda a descida ainda que insuficiente a taxa do IMI de 0,36% para 0,35%, mas um imposto injusto será sempre um imposto injusto. Independentemente da taxa aplicada. Porque o CHEGA defende uma taxa mínima para o IMI.

Continuamos a alertar que atualmente no Concelho de Almada apenas há beneficiação para quem três ou mais filhos, a ausência de criação de escalões que permitam descontos às famílias com um ou dois filhos é um sinal claro da pouca importância que este executivo atribui aos mesmos.

A Câmara Municipal teve cinco anos de 2017 a 2022, para iniciar um processo real de modernização camarária. O que teria sido essencial. Hoje, conheciam os frutos dessa mesma modernização. Infelizmente, ainda na anterior reunião, ouvíamos os munícipes, as queixas pela lentidão dos processos, respostas por dar. Determinados processos camarários permanecem com níveis de lentidão extremos, com prazos de lentidão dantescos.

As taxas de execução são mediócras, e as promessas neste novo Orçamento leva-nos a solicitar ao executivo que adicione à frase: “O maior Orçamento de sempre”, à frase: “Desta que é que é, é ao sexto Orçamento que vai ser, agora é que vamos mesmo fazer tudo o que metemos no Orçamento”. Algo que os almadenses já não acreditam.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, entende que o Orçamento deveria ter ido mais além em muitas outras matérias, especialmente nestas referidas, este é mais um Orçamento que não planeia e projeta para o futuro condignamente. Baseia-se em imensas promessas, que estaremos aqui a discutir para o ano novamente não cumpridas. Com base nas taxas de impostos em que se fundamenta este Orçamento e pelos motivos já largamente discutidos, o CHEGA vai votar contra este Orçamento.”

6.2.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me como é a minha primeira intervenção que saúde o Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro Coletividade mais antiga do Laranjeiro.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A WEMOB apresenta-nos o Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2023, no qual afirma que este será um ano de mudança no que ao ordenamento das duas cidades, Almada e Costa de Caparica, diz respeito, com uma perspetiva assente na adaptação do estacionamento a uma nova realidade na mobilidade e aposta na oferta de parques de estacionamento.

Contudo, ao analisarmos o documento em referência, há dúvidas que não podemos deixar de mencionar no que se refere à atuação da WEMOB, no tocante à fiscalização de estacionamento; no investimento em novos parques de estacionamento e à remoção de veículos em fim de vida.

Por um lado, a proposta prevê que as receitas próprias da empresa aumentem num montante de 462.785,00 € (quatrocentos e sessenta e dois mil setecentos e oitenta e cinco euros) com claríssimo destaque para a previsão de um aumento de mais de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) em coimas diretas aplicadas pela empresa, o que indicia, desde logo, a manutenção de uma opção pela repressão e não da sensibilização, ao nível da gestão do estacionamento. O que não se entende é que face a esta previsão do crescimento das receitas próprias da empresa, se mantenha a atribuição de um subsídio à exploração de 499.000,00€ (quatrocentos e noventa e nove mil euros). Há aqui qualquer coisa que não bate certo...

Do lado das despesas, aquilo que sobressai da leitura rápida que se fez, é a inexistência de previsões de qualquer tipo de investimento (despesas de capital), ainda que as despesas gerais da empresa aumentem em mais de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), dos quais pouco mais de 171.000,00€ (cento e setenta e um mil euros) se destinam a pagamento de salários aos trabalhadores, o que por si mesmo indicia que se manterá a política de indefinição das carreiras profissionais na empresa, há largos anos justamente reivindicada pelos trabalhadores, uma vez que este montante será suficiente, apenas, para os anunciados aumentos dos trabalhadores da administração pública.

Se fizermos um exercício articulado com o que nos é exposto no orçamento, embora a previsão seja de um montante de investimento na ordem dos 522.764,00€ (quinhentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta e quatro euros), 57% são em equipamento básico; 29% em equipamento de transporte que corresponde a 67.750,00€ (sessenta e sete mil setecentos e cinquenta euros) para um minibus; 26.364,00€ (vinte e seis mil trezentos e sessenta e quatro euros) para a candidatura a uma viatura elétrica; e 59.300,00€ (cinquenta e nove mil e trezentos euros) para um reboque.

Parece-nos pouco para uma resposta eficaz para a dimensão e para os problemas de estacionamento existentes no Concelho de Almada.

Em relação ao reforço de pessoal, a sensação com que ficamos é que é humanamente impossível, com os recursos de que dispomos e com os que se pretendem contratar, melhorar o serviço nesta área; e também não vislumbramos a intenção de melhorar as condições salariais dos atuais quadros da WEMOB.

Sendo as linhas de atuação para ao no 2023 a implementação do novo regulamento de estacionamento que ambiciona estabelecer uma verdadeira política de gestão e mobilidade e do estacionamento no Concelho de Almada, se a mesma for assente no documento agora em apreciação e discussão, com as carências nele identificadas, temos que admitir que a ambição não encontra correspondência no investimento financeiro, material e humano.

Assim, pelas considerações aqui expostas, a CDU manifesta o seu voto contra o Plano de Atividades e Orçamento da WEMOB."

6.2.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este é o maior Orçamento de sempre, são cerca de 161.000.000,00€ (cento e sessenta e um milhões de euros), com um Orçamento tão generoso seria motivo de satisfação pelos almadenses e de sinónimo de grandes investimentos direcionados para as verdadeiras necessidades do Concelho. Engano, a maioria PS/PSD,



apresentou um Orçamento panfletário, cheio de intenções, de promessas, de muito marketing, de muita propaganda. Em suma, mais do mesmo.

Quando se pensava que o disco tinha mudado, ex que a música não é só a mesma, como esse disco está riscado.

A quantidade não é, antes pelo contrário, sinónimo de qualidade. Muito menos do caminho e das escolhas acertadas.

Observamos sim, um Orçamento demasiado repetitivo, com promessas e propostas que se arrastam de Orçamento em Orçamento, arrisco-me a dizer, de mandato em mandato, mas que no fim não saem da gaveta. Propaganda atrás de propaganda.

Mais uma vez não vamos cair no erro de afirmar que nada foi feito, ou mesmo que o Orçamento não tem pontos positivos. Todavia, atravessamos tempos de grande sufoco para as famílias em alturas de uma grave crise instalada muito por culpa das políticas do Governo do PS.

Entende o CDS, que o caminho orçamental aqui proposto, fica muito aquém das necessidades dos almadenses.

Um executivo que tem grosso modo das suas receitas, os impostos e taxas que arrecada aos almadenses, ou seja, uma Câmara Municipal que gera muito pouco mais valias, que não sejam à custa do esforço do contribuinte.

Vamos ao concreto, há investimentos estruturais por concretizar que poderiam ser uma mais valia para competitividade do Concelho. Por outro lado, há investimentos que ficam na gaveta, muitos deles com verba atribuída, mas inexplicavelmente não saem de lá.

Os executados ficam também muito aquém das expectativas. Mas sabemos que para o partido Socialista a culpa é sempre das vicissitudes, do empreiteiro, da falta de candidatos, da crise, da guerra, do COVID, dos Passos Coelho, do Paulo Portas, das alterações climáticas, da Troika, mas nunca, nunca é culpa do PS. Tudo isto numa tremenda escusa às suas responsabilidades apontando sempre o dedo aos outros. Não é assim que se faz política, não é assim que se desenvolve um Concelho e muito menos um país. O PS não serve o país como está visto que esta maioria também não serve aos almadenses. E usando projetos que se arrastam no tempo com este executivo é o PDM de Almada. Um instrumento fundamental para a gestão e desenvolvimento do território municipal, mas que tarda em concluir e que aparece sempre como bandeira do PS de mandato para mandato.

Conclusões na prática, zero.

Outro exemplo de que este executivo não serve os almadenses, é a morosidade e burocracia junto daqueles que querem investir e criar riqueza no Concelho. Mas uma vez, lá vem nas Opções do Plano a promessa de criação de qualquer coisa, mas que sabemos que não passam de intenções. Queixam-se ainda as famílias que investem as suas economias em habitação própria, mas que depois desesperam com a morosidade das licenças que não têm despacho em tempo útil.

Também no urbanismo e no que diz respeito aos impostos, o CDS vê como positiva a redução do IMI, contudo, é fazer-se as contas e ver o que dá realmente ao final do ano. Mas já é positivo. Aliás, a proposta foi também do CDS ao longo destes anos. Contudo, se fizermos as contas em tempos de apertos não é suficiente e podia-se ter ido mais longe. Ainda no IMI, lamentavelmente, a Câmara Municipal de Almada não é amiga da natalidade e não incluiu a proposta do CDS para baixar o benefício do IMI familiar a partir do segundo filho em vez do terceiro como está em vigor.

Para terminar, há com certeza muito por dizer sobre este Orçamento, infelizmente, estou limitado pelo tempo. A falta de visão moderna para o Concelho, a falta de visão no que respeita numa eficaz aposta no turismo e nos recursos naturais, a falta de visão no empreendedorismo e na criação de riqueza, são entre muitos outros exemplos matérias que merecem uma reflexão profunda por parte desta Assembleia municipal.

Se queremos uma Almada verdadeiramente desenvolvida temos que mudar de políticas e pensar mais nos almadenses.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar algumas notas sobre o Orçamento e em particular na Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda.

Gostaria de começar por dizer que estas Grandes Opções do Plano é um documento bem trabalhado, é um documento com uma visão estratégica para o território, globalmente e em particular para a Charneca de Caparica e Sobreda, esperand que os 161.000.000.00€ (cento e sessenta e um milhões de euros) da Câmara Municipal na sua totalidade 203.000.000.00€ (duzentos e três milhões de euros) com os SMAS, possam efetivamente continuar a trabalhar para aquilo que são as expetativas dos almadenses, e penso que este documento reflete claramente aquilo que é o caminho certo e penso que daqui a uns anos o que aqui está plasmado, se for colocado no terreno, vai responder claramente aquilo que são as expetativas da nossa população.

Queria falar um pouco dos dez eixos e em particular na Freguesia da Charneca de Caparica.

No eixo um, a redução da taxa de IMI naturalmente, quando para a maior parte das famílias, a taxa da Euribor sobe quase 3% é importante e é impactante também na vida das pessoas e pode ajudar algumas famílias.

No eixo número dois, queria salientar uma estratégia importante, uma nova escola na Freguesia da Charneca de Caparica, que como sabem é uma zona do território que está em franco crescimento do ponto de vista demográfico, portanto, e a procura dos parques escolares é muito importante.

Queria também salientar a ampliação da Escola Básica Presidente Maria Emília, também vai responder a essa procura de escola e também muito brevemente teremos a conclusão da ampliação da Escola Básica Carlos Gargaté com a Escola Secundária.

No eixo número três, um investimento muito importante que é a requalificação do Solar dos Zagallos na Sobreda. O Solar dos Zagallos como sabem, é um ícone a nossa Freguesia, é um Palácio que está já muito degradado, o seu jardim, portanto a Câmara Municipal vai investir cerca de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) na requalificação daquele espaço e vai devolve-lo ao Concelho e em particular à Freguesia.

Gostaria também no eixo quatro, nos Transportes Mobilidade e Acessibilidades, falar aqui em cinco áreas.

Uma primeira área que é a questão o acesso à Costa da Caparica com a conclusão da Estrada Florestal, uma obra estruturante no Concelho e da Freguesia da Charneca de Caparica e da Sobreda; também penso que daqui por um ano sensivelmente, teremos a Avenida do Mar concluída como sabem é uma verdadeira picada, uma estrada extremamente perigosa, com acidentes gravíssimos, que vai ficar com passeios com sinalética vertical e horizontal. As acessibilidades, aquelas áreas do Concelho ficarão resolvidas ou pela menos grande parte deste eixo central e no acesso às praias da Fonte da Telha.

Vai ser iniciado também nos próximos dias uma obra de requalificação da Sobreda Velha que é a rua Petrónio Amor de Barros, uma área também muito degradada onde a falta de investimento é claramente visível nos últimos anos, vai haver alterações de sentido de ruas, vais haver passeios, vai haver alcatrão. Portanto, será uma requalificação na zona da Sobreda Velha e que vai valorizar muito esse espaço no nosso território e o lançamento de duas obras também estruturantes naquela área, a Avenida de Vale Bem e a rua Dom João V, que é o acesso entre a Tremoceira e a Fonte da Telha.

Gostaria também de salientar a fase final da requalificação exterior do Mercado da Sobreda, penso que no principio do ano estará pronto e será inaugurado.

No eixo seis, a Câmara Municipal de Almada também em conjunto com a Junta de Freguesia desenvolveu um projeto de criação de um novo Parque Urbano onde era realizada a antiga feira, procurando termos um parque para utilização da população e para que se possa também durante o ano fazer as Festas das Vilas e também alguns eventos mensais que possam ocorrer aí como a Feira da Bagageira, ou feiras de artesanato.



1/k

No eixo oito, queria dar nota de duas questões que são importantes para a Charneca de Caparica ainda há pouco o Senhor Deputado José Lourenço referiu aqui uma, que é as piscinas da Sobreda, já lá está o empreiteiro, as obras já foram adjudicadas para o telhado das piscinas da Sobreda e a obras de todo o sistema hidráulico da Charneca de Caparica.

Bem isto só mete água, todos sabemos, isto tem sido recorrente, o estado em que o Partido Comunista deixou os equipamentos desportivos e culturais do Concelho de Almada, não há nada a dizer. E eu até convido os/as Senhores/as Deputados/as Municipais a irem ver o estado do sistema hidráulica e de bombas da piscina da Charneca de Caparica e vão ver o estado a que aquilo chegou.

Portanto, o Partido Socialista e este executivo vão requalificar as piscinas da Sobre e Charneca de Caparica, vamos entrega-las à população para usufruírem disso.

Vai haver a expansão da Pista de Atletismo Alberto Chaiça e a criação de uma Central Municipal de Operações de Socorro na Bateria da Raposa.

Queria dar nota também da atribuição das verbas transferidas par as Juntas de Freguesia, que é muito importante, como sabem o aumento de salários, o custo da energia em que as Juntas de Freguesia têm vindo aqui também a ter alguma dificuldade, portanto é preciso repor também aqui aquilo que são as despesas.

Dar nota que, penso que é importante para todos, todo o projeto de habitação social que vai ser relançado em Almada, que o Partido Comunista abandonou em 1993, será connosco que vai ser construída habitação de renda acessível, e habitação social, porque este projeto foi abandonado e isto demora anos.

Dar os parabéns à Câmara Municipal de Almada por esta proposta, espero que daqui a um ano, grande parte dela esteja no terreno.”

6.2.2.10 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve porque tenho muito pouco tempo e, portanto, tenho que dizer tudo muito depressa, mas há aqui duas ou três coisa que eu não gostaria de deixar de dizer.

Primeiro, ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, dizer-lhe, porque fez uma afirmação a que eu sou particularmente sensível, que é a do aumento da precaridade no Município de Almada. Não, Senhor Deputado Municipal, desconhece o facto que levou efetivamente ao aumento dos contratos a termo certo. Porque nós recebemos 900 (novecentos) trabalhadores no Município que, diferentemente da Câmara Municipal, quando alguém está doente ninguém é substituído, estes trabalhadores quando era o Ministério da Educação eram substituídos de vez em quando, agora sempre que um trabalhador adoece e os Agrupamentos reconhecem claramente, é substituído. Já substituímos agora cerca de 100 (cem) trabalhadores. Obviamente, que estes trabalhadores, não podem ser trabalhadores por tempo indeterminado, porque estão a cumprir uma substituição de alguém que pode demorar um mês, dois meses, três meses, um ano. E, portanto, tivemos que abrir e criar uma bolsa de recrutamento a termo certo, isto também podia ter sido dito e é verdade, mas que cumpre uma função absolutamente vital porque quando alguém falta na Câmara Municipal logo se vê quando é que o trabalho é feito ou qualquer outro organismo, quando falta numa escola, conhecemos todos o contexto e sabemos todos a necessidade que há de ter alguém a substituir quem está doente. Portanto, não Senhor Deputado Municipal, não há aumento da precaridade no Município de Almada e é bom que isto fique claro.

Segunda questão. Senhor Deputado Municipal José Rocha, quero também dizer-lhe ainda o seguinte, fez outra afirmação que eu não percebi muito bem, que dizia que havia um dinheiro do PRR para a intervenção social, para dizer quando é que ele era dado e a quem ia ser dado. Senhor Deputado Municipal, são duas operações integradas, dirigidas às comunidades desfavorecidas e lamento que não conheça isto, já foi muito discutido quer aqui, quer na Câmara Municipal, e que vão permitir a criação de um Agro Parque na Costa da Caparica com formação, certificação de produtos, a requalificação do refeitório da EB 1 de Almada, vão permitir no Monte de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Caparica uma enorme intervenção social com a qualificação da EB da Trafaria no âmbito da educação e da saúde, e, portanto, está muito claro, para que é o dinheiro, as verbas estão todos contratualizadas já e em início de execução. Portanto, são alguns processos de intenção que eu não podia deixar passar.

Agora relativamente à hipocrisia, já não me lembro quem falou de hipocrisia e de insensibilidade social, aquilo que eu gostaria de dizer é o seguinte: eu acho que não leram o Orçamento com atenção, as verbas estão lá Senhor Deputado Municipal José Lourenço, estão lá todas e vou lhe repetir o que li, porque parece que não ficou muito claro aquilo que eu disse, e eu disse que, medidas de apoio às famílias tínhamos estas medidas todas que eu enunciei, redução do IMI, automatização da tarifa social, lançamento do programa de apoio ao arrendamento, Plano de Almada Solidária que Senhor desvaloriza mas os almadenses não, eu já lhe digo porque é que não desvalorizam, o gabinete de apoio às famílias sobre endividadas, a aquisição de habitação para o reforço o parque habitacional e a continuação do investimento no âmbito da Carris Metropolitana. E isto Orça tudo 10.000.000.00€ (dez milhões de euros). Estão lá as contas todas, é só ir ver.

E agora aquilo que lhe vou dizer mais é que: o Plano Almada Solidária, o Senhor Deputado Municipal fala do Plano Almada Solidária como se fosse uma coisa que temos lá em casa arrumada a um canto. Não, Senhor Deputado Municipal, os almadenses valorizam-no. Deu 700.000.00€ (setecentos mil euros) em apoio alimentar, quando foi da pandemia, distribuiu medicamentos gratuitamente, deu apoio a rendas, fez o apoio extraordinário às associações no valor em 2021 e 2022, de 257.000.00€ (duzentos e cinquenta e sete mil euros) para despesas correntes, para pagarem a luz, a água, etc. Não presta para nada, mas deu-se. E os almadenses que receberam este dinheiro sabem que o Senhor Deputado Municipal não está a dizer a verdade. E só para colmatar, na última reunião de Câmara Municipal, atribuímos às associações mais de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) às nossas associações do Concelho, uma parte para apoiar a feitura dos projetos para podem recorrer ao PRR para equipamentos sociais que o Concelho tanto precisa e outro cerca de 600.000.00€ (seiscentos mil euros) para o apoio na parte privada que as instituições investiram.

Portanto, Senhor Deputado Municipal, não venha dizer que é hipocrisia porque não é. E a única satisfação que eu tenho, é que lá fora quem nos está a ouvir, sabe que o que estou a dizer é verdade e que aquilo que o Senhor Deputado Municipal disse não corresponde à realidade.”

6.2.2.11 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu começo e tentando ser o mais telegráfico possível, ao Senhor Deputado Municipal José Rocha do Bloco de Esquerda, eu sei que o Senhor Deputado Municipal anda muito a pé, e faz bem, mas quem anda de carro e estaciona no Parque de Estacionamento do Parque da Paz, sabe bem que o valor da receita não reflete a ocupação real. Porque o Parque de Estacionamento do Parque da Paz tem 03H00 de gratuidade. E o valor que o Senhor Deputado Municipal ridicularizou de 1.000.00€ (mil euros) de receita anual, demonstra até, que o que move a empresa não é a receita, mas é sim a gestão do estacionamento e mobilidade. Porque há aqui uma grande diferença entre gratuidade e rotatividade. Portanto, a diferença entre 1.000.00€ (mil euros) de receita anual que não são nada e a gratuidade, é a diferença entre termos naquele parque camiões estacionados dias a fio ou termos um parque que pela rotatividade promove e beneficia quem frequenta o Parque da Paz e quem utiliza aquele equipamento. Portanto é esta a grande motivação e é esta também a grande explicação.

O Senhor Deputado Municipal também de certeza que leu o Relatório, porque é referido e o Senhor Deputado Municipal Luis Palma também referiu, o suposto crescimento, pelo menos a previsão do crescimento das coimas relativamente ao exercício de 2023, 2022, isso tem uma explicação muito simples que aliás, está referida no Plano de Atividades. É que parte do exercício de 2022, ainda previu aquilo que foram como aconteceu na realidade, os meses relativos à pandemia em que não houve qualquer receita. Portanto, é evidente que a previsão para 2023 tem que prever um aumento de receita de coimas porque parte de 2022 não tinha existido qualquer previsão para esses meses, fruto daquilo que era o impacto com a COVID. Portanto, isso é evidente, está bem escrito e os Senhores sabem.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

74

Depois é muito interessante até, e tomo devida nota disso, que o Senhor Deputado Municipal Luis Palma e que a CDU, têm uma posição divergente daquilo que é a posição do Sindicato da CGTP, do STAL. Porque o próprio STAL, sabendo que, 71% da receita da empresa são depois custos com salários, defende o aumento dos salários por via do aumento do subsídio à exploração. E, portanto, basta ler, eu não sei se os Senhores Deputados Municipais têm acompanhado aquilo que é o caderno reivindicativo do STAL, que defende o aumento dos salários por via do aumento do subsídio à exploração.

Vejo aqui que o PCP discorda sequer da manutenção do subsídio à exploração. Portanto, a leitura que eu faço é que defende a redução do subsídio à exploração. Nós entendemos uma coisa muito simples, é que os serviços que já existiam se se mantêm o subsídio à exploração mantem-se e é isso que fazemos e, portanto, também noto que o Senhor Deputado Municipal não referiu uma das principais fatias do investimento, 264.000.00€ (duzentos e sessenta e quatro mil euros) em novos parquímetros por via da sua modernização. Novos e mais modernos parquímetros. Também não referiu que a maior fatia dos recursos humanos não é por via daquilo que é a atualização do salário mínimo, dois terços desse aumento são por via das atualizações leia-se, aumentos salariais que vão acontecer na empresa. Só por essa via é que nós conseguimos por exemplo, aumentar o salário dos agentes de estacionamento em 13%. 13% de aumento dos salários dos agentes de estacionamento, é isso que os trabalhadores vão conhecer.

Depois, Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, relativamente ao bem-estar animal. É verdade o Centro do Bem-Estar Animal é uma das grandes bandeiras e uma das grandes ambições e que será uma das grandes concretizações deste mandato, e existiu um problema com o projeto de arquitetura deste equipamento, também por via dos tempos que assistimos, muitas vezes as empresas que se candidatam têm tanto trabalho que depois deixam cair alguns dos seus projetos e, portanto, houve a necessidade de voltar a contratualizar o projeto de arquitetura, não perdemos essa bandeira, será uma realidade este mandato, mas por via também de reconhecermos que o atual Centro de Recolha não serve o nosso Município, é que nós fizemos melhorias, implementamos um Dog Park, a abertura também deste Centro de Recolha aos voluntários e eu penso que isso também são melhorias por vocês reconhecidas.

Relativamente ao cheque veterinário que é algo que está previsto desde 2018, o Regulamento já está feito, já está terminado, pronto a ser lançado, será uma realidade durante o ano de 2023.

Relativamente à habitação, eu penso que foi referido pelo Senhor Deputado Municipal José Lourenço que fez a crítica à primeira pedra e com todo o respeito que sabe que tenho, a crítica à primeira pedra, o problema é que durante décadas este Município não viu pedra nenhuma. Portanto, nós lançamos a primeira pedra de um dos primeiros dos muitos fogos que vão ser construídos do acordo de pareceria com o IHRU para finalmente termos habitação em Almada, pública a custos acessíveis, lançaremos também com muito gosto e muito orgulho aquilo que é a primeira pedra dos primeiros fogos municipais em vários anos, de nova habitação municipal os noventa e cinco fogos já estão previstos, lançaremos mais projetos e acima de tudo e com isto termino, aqui na área da habitação, a questão nem é se este é o maior Orçamento, a questão é mesmo que este é o melhor Orçamento que nós temos em décadas na área da habitação.”

6.2.2.12 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu agradeço as questões que me foram colocadas Senhora Presidente em exercício e as questões que agora me foram colocadas pelo Vereador Filipe Pacheco.

A questão é muito simples, o que eu disse, a hipocrisia está no seguinte: afirmar-se que, uma das nossas preocupações foi criar linhas para apoiar famílias face à subida generalizada dos preços, isto é uma contradição pura, simples, facilmente toda a gente percebe, contra uma política de aumento de tarifário no caso das águas, o Senhor Presidente dos SMAS quase que entrou mudo e saiu calado, são aumentos de 50%, é visível, basta ver. Como é que é possível fazer uma afirmação destas se a seguir se aumenta tudo? Isto é hipocrisia. Não tenho outro nome para descrever isto. Outra coisa ainda, o que eu disse Senhora Presidente em exercício, foi que, o



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Programa de Apoio ao Arrendamento, o Plano Almada Solidária o Gabinete de Apoio às Famílias sobre endividadas, não diz em lado nenhum quanto é que o Município pretende gastar, qual é o Orçamento para isto, não existe, tanto pode ser um euro como podem ser cem euros ou duzentos euros. Isto não é nada, isto é, sacos azuis. Falar naquilo que se gastou antes, 250.000.00€ (duzentos e cinquenta mil) façamos as contas, temos à volta de cem mil agregados no Concelho, 250.00€ (duzentos e cinquenta euros) para mil agregados, é muito dinheiro? Quer dizer, a questão que está aqui é que não há Orçamento. Eu pergunto: Plano Almada Solidária, quanto é que o Município orçamenta para o próximo ano? Diga-me Senhora Presidente em exercício. Diga-me, não me diga o que é gastou antes, diga o que é que tem para o próximo ano, já que está tão preocupada com a situação que está criada. Se for capaz de me responder, eu não encontrei um número, vou à procura dele, mas se o me diz, acredito que a Senhora tenha a informação e vou tomar nota dele.”

6.2.2.13 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Vice-Presidente, eu não fiz qualquer afirmação, apenas coloquei questões. É uma pequena correção que gostaria de fazer.

E repare, são questões pertinentes porque quando observamos documentos e já disse isto várias vezes e volto a repetir, nós não somos juízes nesta sala, nós somos Deputados Municipais, não fazemos julgamentos, penas lemos documentos e questionamos, e é bom que isto fique claro.

Portanto, o que nós vemos aqui, é que há um aumento entre 50% a 60% nas verbas para contratos a termo. Portanto, é perfeitamente legítimo que questionemos este aumento de verbas e é perfeitamente legítimo porque esta é de longe a maior verba desde sempre atribuída a precarização das relações laborais do prémio municipal. Foi isso que eu aqui disse e é uma questão que eu coloco e como é evidente, qualquer executivo está sujeito ao escrutínio democrático por parte da oposição e é isso que fazemos aqui e é essa a nossa função.

Aliás, se calhar há aqui questões mais importantes que deviam ser respondidas e não foram, por alguma razão será.

Senhor Vereador Filipe Pacheco, porque motivo o parque está sempre vazio? Explique-me isso. A questão é essa. A questão é que o Parque de Estacionamento do Parque da Paz estar sempre vazio e dos custos da fiscalização de um parque vazio, esta é que é a verdadeira questão. Porque a questão dos camiões lá parados, etc. Agora, a fiscalização constante e permanente num parque que tem uma rentabilidade de 1.000.00€ (mil euros) não me parece muito adequado. Mas era só esta a questão que eu queria aqui colocar, porque de facto, esta é a nossa função, é fiscalizar, é ler documentos é questionar, nada mais.”

6.2.2.14 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu esqueci-me de responder ao Senhor Vereador Filipe Pacheco em relação à habitação.

Aquilo que eu disse aqui, e vale a pena lerem os documentos que mandam fazer, este executivo mandou fazer um levantamento do parque habitacional, está o estudo feito, lá vem dito preto no branco, 1800 (mil e oitocentos) fogos foram construídos até 2017. Não é preciso perguntarmos quem é que cá esteve até 2017. Foram construídos pelo executivo anterior, até 1800 (mil e oitocentos) fogos.

Em relação à questão da primeira pedra, não primeira pedra, aquilo que está em causa, obviamente, o que foi lançado até hoje no Plano Integrado, são projetos do IHRU. São terrenos do Estado em que o IHRU tem terrenos para arrenda acessível, não para renda apoiada, não é para aqueles que mais precisam, não quer dizer que os outros não precisem e que não seja importante, também é importante. Mas aqueles que estão em barracas e em habitação degradada ainda precisam mais, para esses não lançam uma habitação sequer.



Agora, vir dizer que “nós é que vamos fazer”? Fixem esta frase, até hoje este executivo ainda não construiu um fogo.”

6.2.2.14 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para dizer ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço, que aquilo que está previsto é 500.000.000.00€ (quinhentos mil euros) para o Plano Almada Solidária, 500.000.000.00€ (quinhentos mil euros) para o lançamento do Programa de Apoio às Famílias. E devo dizer-lhe e foi por isso que fiz o paralelo com o PAS dos anos anteriores, não foi por mais nada, que as verbas foram reforçadas sempre que foi necessário e aqui também assim será quando for necessário, serão reforçadas foi o que aconteceu no anterior.

E agora relativamente à água, aquilo que eu lhe quero dizer é o seguinte: no próximo mês de fevereiro, a gente vai confrontar e vamos ver se de facto os aumentos são aqueles que os Senhores dizem, e depois aqui faremos o confronto daquilo que nos disseram e daquilo que outros também nos disseram. É isso que eu acho que tem que ser feito, porque eu não consigo entender como é que os Senhores chegaram a essa conclusão, quando a componente da fatura integra elementos que nem todos dominam. Portanto, a única coisa que eu aqui quero dizer é que em fevereiro confrontaremos o que é a verdade de uns com a verdade de outros.”

6.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das Propostas:

6.2.3.1 – A Proposta “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 da WEMOB”, foi aprovado por maioria com 21 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da eleita do PAN, 3 abstenções sendo 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP e 14 votos contra sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o Plano de Atividades e Orçamento para 2023 da WEMOB, E.M., S.A., ao abrigo da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b), do nº 2, do artigo 46º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de dezembro que aprovou a proposta nº 2022-611-GP.

6.2.3.2 – A Proposta “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2023”, foi votada em separado:

6.2.3.2.1 – Mapa de Pessoal do Município, foi aprovado por unanimidade, através da seguinte:

6.2.3.2.2 – Opções do Plano e Orçamento do Município, foi aprovado por maioria com 20 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 abstenção da eleita do PAN e 17 votos contra sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova as Opções do Plano e Orçamento para 2023 e Mapa de Pessoal do Município de Almada para 2023, ao abrigo das alíneas a) e o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 4, do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

constante do anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de dezembro que aprovou a proposta nº 2022-606-GP.

7 - Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Terceira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda em Sessão Extraordinária, prevista para 28 de dezembro, pelas 21H15.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Débora Rodrigues, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Tiago Galveia e Jefferson Oliveira.

9 – Foi verificada a presença de cerca de vinte e seis munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____